

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
EDITAL Nº 001/2018 - PCES  
NÍVEL MÉDIO

**AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

**Composição do Caderno**

Língua Portuguesa	01 a 30
Raciocínio Lógico e Matemático	31 a 40
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	41 a 60
Noções de Direito Administrativo	61 a 70
Noções de Direito Constitucional	71 a 100

**MANHÃ**

**PROVA**

**01**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO  
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA  
FOLHA DE RESPOSTAS!

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

### Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 1 a 15.

#### Policiamento comunitário

A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento. Uma delas é o policiamento comunitário, um tipo de policiamento que se expandiu durante as décadas de 1970 e 1980 quando as polícias de vários países introduziram uma série de inovações em suas estruturas e estratégias para lidar com o problema da criminalidade.

Apesar de essas experiências terem diferentes características, todas tiveram um aspecto comum: a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança.

Isso significa que as pessoas de uma determinada área passaram não só a participar das discussões sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região. Essas mudanças tiveram como objetivo melhorar as respostas dadas aos problemas de segurança pública, tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.

É interessante notar que a Constituição brasileira ratifica esse tipo de policiamento ao estabelecer, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.

Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime. Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).

Os cidadãos, por sua vez, têm o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado

SÃO PAULO. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

Disponível em <https://jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policiamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf> > Acesso em 12 fev. 2019.

**1. Tendo em vista a tipologia e a formulação textual, é correto afirmar que o Texto I é, predominantemente,**

- (A) dissertativo.
- (B) injuntivo.
- (C) narrativo.
- (D) expositivo.
- (E) argumentativo.

**2. Assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns conceitos veiculados no Texto I.**

- (A) O surgimento da Polícia Comunitária e os direitos e deveres dos policiais e cidadãos envolvidos.
- (B) A evolução do policiamento comunitário e a forma como a Constituição brasileira regulariza as ações dos policiais comunitários e dos cidadãos.
- (C) O envolvimento das polícias e da sociedade no combate ao crime por meio da troca de informações e funções.
- (D) O agir policial na sociedade, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, dos policiais e do Estado.
- (E) A ampliação da atuação da Polícia Comunitária e suas funções e o papel dos cidadãos nesse contexto.

**3. No excerto “[...] tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.”, a expressão em destaque indica uma relação de**

- (A) adição entre dois sintagmas nominais coordenados.
- (B) adição entre duas orações coordenadas.
- (C) comparação entre dois sintagmas nominais coordenados.

- (D) comparação entre duas orações coordenadas.  
(E) comparação entre uma oração subordinada e sua oração principal.

**4. O segundo parágrafo do texto é formado por**

- (A) dois períodos compostos.  
(B) um período simples e dois compostos, respectivamente.  
(C) dois períodos simples.  
(D) um período composto e um simples, respectivamente.  
(E) um período composto por subordinação.

**5. Assinale a alternativa que apresenta o sentido mais adequado para 'adotar', em "A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento.", considerando o sentido denotativo dos termos das alternativas.**

- (A) Tomar.  
(B) Ponderar.  
(C) Adquirir.  
(D) Perfilhar.  
(E) Escolher.

**6. O excerto "[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime." pode ser reescrito, observando-se os recursos coesivos, da seguinte forma:**

- (A) "[...] resulta também do processo de democratização das polícias, nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas."  
(B) "[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime."  
(C) "[...] é também resultado do processo de democratização das polícias, as quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas."  
(D) "[...] é também resultado do processo de democratização das polícias pelas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas."  
(E) "[...] é também resultado do processo de democratização das polícias por quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas."

**7. Em "Exige-se que [...]", é correto afirmar que o "se" é**

- (A) partícula apassivadora.  
(B) índice de indeterminação do sujeito.  
(C) partícula expletiva.  
(D) indicador de sujeito acusativo.  
(E) partícula reflexiva.

**8. Considerando as regras ortográficas vigentes e o vocabulário padrão de Língua Portuguesa, em relação aos termos destacados no seguinte excerto: "Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).", para corrigir a(s) inadequação(ões), assinale a alternativa correta.**

- (A) bem-estar / pronto atendimento / pró-ativa.  
(B) bem estar / pronto-atendimento / proativa.  
(C) bem-estar / pronto-atendimento / próativa.  
(D) bem estar / pronto atendimento / pró ativa.  
(E) bem-estar / pronto-atendimento / pró-ativa.

**9. No excerto "Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas [...]", o "que", considerando suas funções, pode ser classificado, respectivamente, como**

- (A) pronome indefinido e preposição.  
(B) conjunção integrante e conjunção integrante.  
(C) conjunção consecutiva e conjunção aditiva.  
(D) conjunção integrante e pronome relativo.  
(E) conjunção integrante e pronome adjetivo.

**10. Tendo em vista o sentido e o contexto no qual o seguinte excerto está inserido, assinale a alternativa que preenche corretamente suas lacunas.**

"Isso \_\_\_\_\_ que as pessoas de uma determinada área \_\_\_\_\_ não só a participar dos/das \_\_\_\_\_ sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região."

- (A) aponta / principiaram / excussões  
(B) inclui / começaram / debates  
(C) assinala / começaram / reflexões  
(D) denota / encetaram / palestras  
(E) demonstra / principiaram / debates

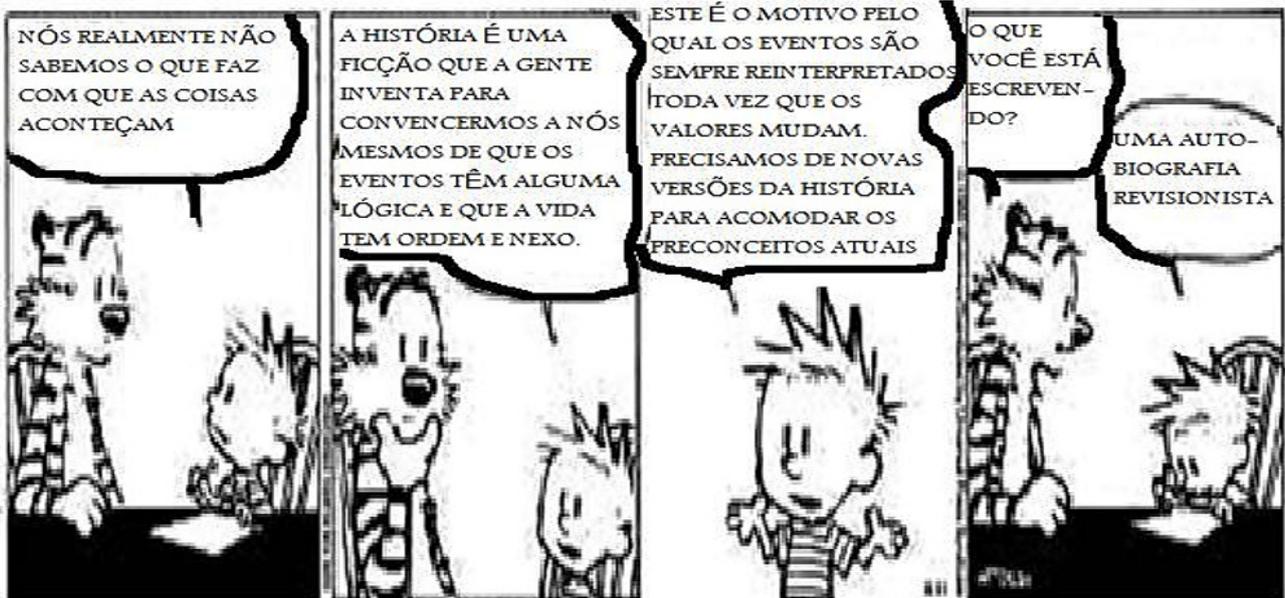
11. Em “[...] atenda às necessidades da população [...]”, a presença das preposições é devida, respectivamente, por haver
- (A) regência verbal e regência nominal.
  - (B) regência nominal e adjunto adnominal.
  - (C) regência verbal e complemento nominal.
  - (D) regência nominal e complemento verbal.
  - (E) complemento verbal e regência nominal.
12. De acordo com o Texto I, compreende-se que o “policiamento comunitário”
- (A) é dever de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado e da Polícia.
  - (B) é de responsabilidade de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado, Polícia e sociedade.
  - (C) é responsabilidade da Polícia e dever do Estado, os quais trabalham em conjunto em prol da segurança pública.
  - (D) é uma ação conjunta de policiamento, na qual cidadãos e policiais realizam ações reativas e preventivas.
  - (E) é uma organização e estruturação estadual que objetiva unir população, Polícia e Estado.
13. Em “Apesar de essas experiências terem diferentes características [...]”, o termo em destaque, sintaticamente, funciona como
- (A) complemento nominal.
  - (B) adjunto adnominal.
  - (C) sujeito não preposicionado.
  - (D) adjunto adverbial.
  - (E) sujeito preposicionado.
14. Considere o excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta [...]”. O termo em destaque possui como referente
- (A) nova forma de “fazer política”.
  - (B) constituição brasileira.
  - (C) comunidade.
  - (D) polícia.
  - (E) segurança pública.
15. No excerto “[...] a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.”, o termo em destaque indica uma relação de
- (A) oposição.
  - (B) sequencialidade.
  - (C) conformidade.
  - (D) adição.
  - (E) contradição.

Utilize o Texto II para responder as questões de 16 a 23.



- 16. No excerto do primeiro quadrinho, há duas frases exclamativas em que, dado o contexto, ambas indicam**
- (A) entusiasmo.  
(B) espanto.  
(C) susto.  
(D) raiva.  
(E) admiração.
- 17. Em “Não te surpreende que [...]”, é correto afirmar que a colocação do pronome antes do verbo é**
- (A) obrigatória devido ao advérbio de negação.  
(B) obrigatória devido ao fato de estar em posição inicial na oração.  
(C) obrigatória, pois acompanha um verbo nocional.  
(D) facultativa, pois há conjunção após o verbo.  
(E) facultativa, uma vez que não há fator de próclise.
- 18. Assinale a alternativa correta considerando a função da linguagem em “Não te surpreendes que haja vida noutros planetas?”.**
- (A) Emotiva  
(B) Poética.  
(C) Fática.  
(D) Metalinguística.  
(E) Conativa.
- 19. Em “Genebra não chega a acordo [...]”, o termo em destaque é exigido pela regência do verbo e pode variar, conforme o sentido pretendido, como em “chegar de”, por exemplo. Assinale a alternativa que melhor exprime o sentido presente na expressão “chega a acordo”, presente no texto.**
- (A) Destino.  
(B) Movimento.  
(C) Locomoção.  
(D) Obtenção.  
(E) Deslocamento.
- 20. O sinal de aspas, utilizado no texto do terceiro quadrinho, serve para indicar**
- (A) ênfase.  
(B) discurso direto.  
(C) discurso indireto.  
(D) discurso indireto livre.  
(E) discurso direto livre.
- 21. Tendo em vista o contexto do primeiro quadrinho, assinale a alternativa que melhor se adéqua, em relação ao tempo verbal do termo destacado, em “Com certeza dizem qualquer coisa [...]”.**
- (A) Diriam.  
(B) Dirão.  
(C) Disseram.  
(D) Dissessem.  
(E) Diziam.
- 22. Em “O que me surpreende é que haja vida neste planeta.”, os termos em destaque funcionam, respectivamente, como**
- (A) pronome indefinido e conjunção subordinativa.  
(B) substantivo e partícula expletiva.  
(C) pronome relativo e conjunção coordenativa.  
(D) pronome demonstrativo e pronome relativo.  
(E) pronome pessoal e partícula expletiva.
- 23. As expressões “com certeza” e “intensamente”, visto o contexto em que se encontram, classificam-se, respectivamente, como**
- (A) advérbio de modo e advérbio de modo.  
(B) advérbio de modo e advérbio de intensidade.  
(C) locução adverbial de modo e advérbio de intensidade.  
(D) Locução adverbial de afirmação e advérbio de modo.  
(E) Locução adverbial de intensidade e advérbio de intensidade.

Utilize o texto III para responder as questões de 24 a 30.



24. Considerando o processo de formação de palavras, assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam processo de derivação prefixal.
- (A) Revisionista, preconceito.  
(B) Reinterpretados, realmente.  
(C) Preconceito, realmente.  
(D) Realmente, revisionista.  
(E) Reinterpretados, preconceito.
25. Em relação à classe de palavras, assinale a alternativa em que a ausência do acento no vocábulo faça com que ocorra uma mudança de classe de palavra nos dois termos.
- (A) Nós, têm.  
(B) Têm, é.  
(C) Nós, está.  
(D) É, nós.  
(E) Está, é.
26. Em “Uma auto-biografia revisionista”, o termo em destaque é um
- (A) adjetivo de dois gêneros.  
(B) adjetivo masculino flexionado para o feminino.  
(C) adjetivo feminino.  
(D) substantivo funcionando como adjetivo.  
(E) substantivo de dois gêneros.
27. No excerto “[...] o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem alterar o sentido principal, por
- (A) pelo que.  
(B) porque.  
(C) por que.  
(D) que.  
(E) por quê.

- 28. No excerto “Este é o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, o termo em destaque realiza uma**
- (A) anáfora, retomando todo o conteúdo do quadrinho anterior.
  - (B) anáfora, retomando parte do conteúdo posterior - “toda vez que [...]”.
  - (C) catáfora, retomando parte do conteúdo do quadrinho anterior - “[...] os eventos têm [...]”.
  - (D) catáfora, antecipando o conteúdo do último quadrinho.
  - (E) catáfora, antecipando o conteúdo presente no mesmo quadrinho - “toda vez que [...]”.
- 29. Em “Nós não sabemos o que faz [...]” e em “[...] para convencermos a nós mesmos [...]”, o pronome “nós” funciona, respectivamente, como**
- (A) sujeito e objeto direto.
  - (B) sujeito e objeto indireto.
  - (C) sujeito e objeto direto preposicionado.
  - (D) sujeito e sujeito.
  - (E) sujeito e sujeito preposicionado.
- 30. Considerando o contexto das expressões “sempre” e “toda vez”, é correto afirmar que elas transmitem, respectivamente, a ideia de**
- (A) constância e continuidade.
  - (B) frequência e repetição.
  - (C) continuidade e constância.
  - (D) repetição e constância.
  - (E) perpetuidade e continuidade.

### Raciocínio Lógico e Matemático

- 31. Aldo possui animais de 3 espécies diferentes: 3 cachorros, 3 gatos e 8 coelhos. O peso dos animais da mesma espécie é igual. Sabendo que o peso de 1 cachorro é igual ao peso de 2 gatos e que o peso de 3 gatos é igual ao peso de 4 coelhos, utilizando como base os animais citados, é correto afirmar que**
- (A) um gato pesa mais do que um cachorro.
  - (B) um coelho pesa mais do que um gato.
  - (C) o peso de um cachorro equivale ao peso de seis coelhos.
  - (D) o peso de dois cachorros é menor do que o peso de quatro coelhos.
  - (E) o peso de três cachorros é igual ao peso de oito coelhos.
- 32. João e Adilson estão em uma reunião com todos os outros supervisores da empresa em que trabalham. Eles estão sentados juntos a uma mesa retangular, cada um (João e Adilson) em uma ponta. Entre eles, de um lado, há três pessoas e, do outro, duas pessoas. Um garçom coloca, aleatoriamente, 7 pratos na mesa, um na frente de cada lugar. Em um desses pratos, está colado um envelope com a quantia de R\$ 1.000,00. Qual é a probabilidade de João ou Adilson receberem o prato com o envelope?**
- (A) 1 / 14
  - (B) 1 / 7
  - (C) 2 / 7
  - (D) 3 / 14
  - (E) 4 / 7
- 33. Considere como sendo verdadeira a afirmação: “Se Wedson é perito criminal, ele é médico.”. Considere, também, como falsa a afirmação: “Wedson é médico e perito criminal.”. Qual das seguintes alternativas apresenta necessariamente uma verdade?**
- (A) “Wedson não é médico.”.
  - (B) “Wedson não é perito criminal.”.
  - (C) “Wedson é médico.”.
  - (D) “Wedson é perito criminal.”.
  - (E) “Wedson não é médico e nem perito criminal.”.
- 34. Considere a seguinte proposição: “Neste concurso, Pedro será aprovado ou não será aprovado.”. Analisando segundo a lógica, essa afirmação é um exemplo claro de**
- (A) contradição.
  - (B) equivalência.
  - (C) redundância.
  - (D) repetição.
  - (E) tautologia.

**35. Considere a afirmação: “Sou Médico e Perito Criminal.” e assinale a alternativa que apresenta a negação dessa afirmação.**

- (A) “Sou Médico ou sou Perito Criminal.”.
- (B) “Sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.
- (C) “Não sou Médico e não sou Perito Criminal.”.
- (D) “Não sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.
- (E) “Não sou Médico e sou Perito Criminal.”.

**36. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação semelhante à seguinte: “Se eu estivesse atento, teria solucionado o crime.”.**

- (A) “Estava atento e solucionei o crime.”.
- (B) “Se eu solucionei o crime, então estava atento.”.
- (C) “Se eu não estava atento, então não solucionei o crime.”.
- (D) “Não estava atento e não solucionei o crime.”.
- (E) “Se eu não solucionei o crime, então eu não estava atento.”.

**37. Assinale a alternativa que apresenta a negação da seguinte afirmação: “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime estará solucionado.”.**

- (A) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.
- (B) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas ou o crime não foi solucionado.”.
- (C) “O DNA encontrado não é compatível e as digitais não são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.
- (D) “Se o DNA encontrado não for compatível e se as digitais não forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.
- (E) “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.

**38. Em uma cena de crime, encontram-se digitais e DNA de várias pessoas, porém nem sempre são encontrados as digitais e o DNA do culpado. Considere verdade que: “Se a digital do culpado estiver na cena do crime, então o DNA não estará.”. Essa afirmação é equivalente a**

- (A) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado não estará.”.
- (B) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o DNA estará.”.
- (C) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o não DNA estará.”.
- (D) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.
- (E) “Se o DNA não estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.

**39. Qual das seguintes alternativas apresenta a contraditória da afirmação: “Todo condenado é culpado.”?**

- (A) “Todo condenado não é culpado.”.
- (B) “Algum culpado é condenado.”.
- (C) “Algum condenado não é culpado.”.
- (D) “Algum condenado é culpado.”.
- (E) “Todo culpado é condenado.”.

**40. André, Bernardo, Caíque, Durval e Estevan são amigos de infância. Certo dia, eles se encontraram pra conversar e disseram:**

- André: Eu sou mais baixo do que o Caíque, mas sou maior do que o Durval!
- Estevan: Só um de vocês é maior do que eu!
- Durval: Só sei de uma coisa: eu não sou o mais baixinho!

**Sabendo que todas essas afirmações são verdadeiras e que esses amigos fizeram uma fila, do menor para o maior, segundo suas alturas, que eram distintas, é correto afirmar que**

- (A) Estevan é o terceiro da fila.
- (B) Bernardo é o primeiro da fila.
- (C) Bernardo é o último da fila.
- (D) André tem três pessoas à sua frente.
- (E) Caíque é o quarto da fila.

**Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações**

**41. No que se refere aos cargos e à função policial civil, é correto afirmar que**

- (A) a função policial é, em qualquer hipótese, incompatível com qualquer outra atividade.
- (B) os cargos policiais civis são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- (C) as funções gratificadas serão providas mediante ato de nomeação.
- (D) são atos de provimento efetivo de cargos a nomeação, a promoção, o aproveitamento, dentre outros.
- (E) os cargos em comissão serão providos mediante ato de designação.

**42. Em relação ao curso de formação profissional para cargo policial civil e o ato de nomeação, assinale a alternativa correta.**

- (A) O curso de formação profissional possui caráter eliminatório, complementar e indispensável ao exercício profissional e será realizado logo após a nomeação.
- (B) Os candidatos inscritos no curso de formação profissional não perceberão qualquer auxílio financeiro.
- (C) Terá a matrícula cancelada o policial aluno que for reprovado em qualquer disciplina do curso.
- (D) O funcionário policial nomeado para o cargo efetivo ficará sujeito ao período de 1 ano de estágio experimental.
- (E) Durante o período de estágio experimental, será permitido ao servidor público civil se afastar do cargo somente nos casos previstos em lei.

**43. A posse é o ato de investidura em cargo policial civil. A respeito da posse, é correto afirmar que**

- (A) a formalização do compromisso policial somente será prestada pelo funcionário na posse referente ao primeiro ingresso. Nas demais, não será necessária.
- (B) não é necessário estar em gozo dos direitos políticos para tomar posse no cargo de policial civil.
- (C) não é admitida a posse por meio de procuração, em nenhuma hipótese.
- (D) não será necessário figurar no termo de posse os bens e valores que constituem o patrimônio do funcionário policial, embora devam ser declarados.
- (E) também haverá posse nos casos de promoção, acesso e readaptação.

**44. Dentre as seguintes alternativas, os afastamentos do funcionário policial, mediante prévia autorização do Governador do Estado, só serão permitidos para**

- (A) frequentar curso especializado, mesmo que não se relacione às atribuições do cargo efetivo de que seja titular.
- (B) estudo ou missão, independente de interesse específico do serviço.
- (C) viagens de até seis meses para realização de pesquisas científicas, mesmo que não relacionadas a sua função.
- (D) participar de congresso e outros certames, mesmo que tratem de matéria não pertinente a sua função.
- (E) o exercício das atribuições inerentes ao seu cargo efetivo em outra unidade administrativa estadual.

**45. Assinale a alternativa que trata corretamente da vacância e do ato de exoneração.**

- (A) A exoneração do funcionário policial somente pode ocorrer "ex-offício".
- (B) São casos de vacância, dentre outros, a demissão, a exoneração e a promoção.
- (C) Na exoneração, há o afastamento do cargo, mas não a cessação do vínculo que liga o funcionário policial ao Estado.
- (D) A exoneração "ex-offício" não poderá ocorrer quando o funcionário tomar posse em outro cargo público.
- (E) A vacância de função gratificada não poderá decorrer de destituição.

**46. A respeito das gratificações previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que**

- (A) A gratificação de representação será devida ao funcionário policial, para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo, que o incompatibilizam com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- (B) A gratificação do magistério policial será devida ao funcionário policial que for designado para participar como professor de cursos da Escola de Polícia Civil e será arbitrada por ato do Chefe do poder Executivo, que regulamentará a sua concessão.
- (C) A gratificação de função policial civil será concedida ao funcionário policial pelo desempenho de atribuições, tarefas ou encargos em circunstâncias consideradas potencialmente perigosas à sua integridade física, com possibilidades de dano à vida ou à saúde.
- (D) A gratificação de risco de vida será concedida ao funcionário policial que se ausentar do Estado, na hipótese prevista nesse estatuto, e será arbitrada pelo Governador, mediante proposta fundamentada do Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (E) A gratificação por estudo ou missão de interesse do serviço destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à representatividade de ocupantes de cargo de destaque da instituição policial civil.

**47. O funcionário policial será licenciado, EXCETO**

- (A) para tratamento de sua própria saúde.
- (B) para serviço militar obrigatório.
- (C) para estudos no exterior.
- (D) para trato de interesses particulares.
- (E) por motivo de afastamento do cônjuge.

**48. A função policial, pelas suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. A respeito da hierarquia e do regime disciplinar do policial civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados tanto no desempenho do cargo ou função como fora deles.

- (B) Não é considerada falta de natureza grave o fato de o superior hierárquico dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.
- (C) Não é considerado transgressão disciplinar frequentar, fora do serviço, lugar incompatível com o decoro da função policial.
- (D) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde penal e administrativamente, mas não civilmente.
- (E) A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.

**49. Constituem transgressões disciplinares do funcionário policial, EXCETO**

- (A) faltar com a verdade no exercício de suas funções.
- (B) fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço.
- (C) praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial.
- (D) portar sua credencial oficial, mesmo não estando em serviço.
- (E) omitir ou declarar falsamente conceito sobre funcionário policial em regime de estágio experimental.

**50. Constitui transgressão disciplinar grave do funcionário policial**

- (A) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição.
- (B) deixar de assumir, no prazo legal, a função para a qual foi designado.
- (C) a falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- (D) permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente.
- (E) omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos ou negligenciar na sua guarda.

**51. A respeito das penas disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A transgressão ter sido cometida no interesse do serviço não é causa que a justifica.
- (B) Ter uma mínima cooperação do funcionário no cometimento da infração não é uma circunstância atenuante da pena.
- (C) Ter o funcionário confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro, é circunstância que agrava a pena.

- (D) Para aplicação de qualquer pena disciplinar, será considerada a repercussão do fato, dentre outros.
- (E) A cassação de aposentadoria ou de indisponibilidade não constitui uma pena disciplinar cabível.

**52. Dentre outros casos, para imposição das penas disciplinares aos funcionários policiais infratores, é competente o**

- (A) Secretário de Estado da Segurança Pública, em qualquer caso.
- (B) Governador do Estado, na aplicação das penas de suspensão superior a 60 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Conselho de Polícia Civil, em qualquer caso.
- (D) Delegado Chefe da Polícia Civil, nos casos de pena de advertência.
- (E) Delegado de Polícia, na aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função.

**53. A respeito da Ação Disciplinar, assinale a alternativa correta.**

- (A) A autoridade que tiver ciência de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, cometida por servidor policial civil, poderá ou não dar início a sua apuração, em caso de subordinado seu.
- (B) O processo administrativo disciplinar não poderá ser instaurado com base na apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares que o precederam.
- (C) Recebido o relatório de apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, o Delegado Chefe da Polícia Civil não poderá aplicar a penalidade cabível, devendo remeter o relatório à autoridade competente.
- (D) Da apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, será dada ciência ao Delegado chefe da Polícia Civil, através de relatório que não necessariamente conterà a forma pela qual se teve conhecimento dos fatos.
- (E) A apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares será feita através de investigação sumária.

**54. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Processo Disciplinar será promovido por um funcionário policial de nível hierárquico igual ou superior ao do indiciado.
- (B) Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, quando solicitado por quem promove o Processo Disciplinar.
- (C) No Processo disciplinar, é vedada, em qualquer hipótese, a citação do indiciado por edital.
- (D) Em sua defesa no Processo Disciplinar, o indiciado poderá produzir provas, exceto prova testemunhal.
- (E) No Processo Disciplinar, o indiciado não poderá constituir defensor.

**55. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Da decisão proferida em processo disciplinar, não caberá recurso na esfera administrativa.
- (B) Em nenhuma hipótese, caberá revisão de processo administrativo disciplinar.
- (C) Indícios veementes constituem prova no processo administrativo disciplinar.
- (D) O processo disciplinar será sobrestado para aguardar a decisão de ação penal.
- (E) Se for o caso, a abertura de inquérito policial deverá, em qualquer hipótese, aguardar a conclusão do processo disciplinar.

**56. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) É admitido o provimento de cargo policial civil por ato de readmissão.
- (B) Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola de Polícia Civil não possuem caráter obrigatório.
- (C) Independentemente de autorização, a autoridade policial, seus agentes e auxiliares poderão residir fora do município da unidade policial a que prestam serviço.
- (D) O provimento de funções gratificadas com atribuições de natureza policial não é privativo do ocupante de cargo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.
- (E) É vedado ao funcionário policial trabalhar sob ordens de cônjuge ou parente até o segundo grau civil, salvo quando não houver na localidade outra unidade policial.

**57. A respeito dos atos de promoção e readaptação, assinale a alternativa correta.**

- (A) Promoção é a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à categoria imediatamente superior àquela a que pertence e ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (B) A promoção para Delegado de Polícia da Categoria Especial dar-se-á exclusivamente pelo critério de antiguidade.
- (C) A readaptação somente poderá ocorrer “ex-offício”. Em nenhuma hipótese, ocorrerá a pedido do interessado.
- (D) A reincidência inespecífica em três transgressões disciplinares não é causa para readaptação.
- (E) Durante o processo de readaptação, o funcionário policial permanecerá no desempenho de suas funções.

**58. Assinale a alternativa correta referente aos atos de aproveitamento e reversão e ao quadro suplementar.**

- (A) Aproveitamento é o retorno à atividade do funcionário policial aposentado quando forem insubsistentes os motivos que o levaram a aposentar-se.
- (B) Reversão é o reingresso do funcionário policial que se encontrava em disponibilidade.
- (C) De regra, o tempo de serviço do servidor policial civil no quadro suplementar não será computado para efeito de promoção.
- (D) O funcionário policial em cumprimento de pena privativa de liberdade não será colocado no Quadro Suplementar.
- (E) O funcionário policial investido em mandato eletivo não será colocado no Quadro Suplementar.

**59. No que tange à aposentadoria do funcionário policial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A aposentadoria compulsória não é automática.
- (B) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 12 meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.
- (C) O tempo mínimo para aposentadoria voluntária do servidor policial civil, com proventos integrais, é de 35 anos para o homem e de 30 anos para mulheres.

- (D) O servidor policial civil será aposentado compulsoriamente aos 65 anos de idade.
- (E) Ao pessoal inativo, não é garantido o mesmo aumento dos vencimentos do pessoal em atividade.

**60. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, a respeito da formalização dos expedientes e da prescrição, assinale a alternativa correta.**

- (A) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em dois anos quanto às faltas sujeitas a penas de advertência e suspensão.
- (B) É assegurado ao funcionário policial o direito de requerer e o de representar.
- (C) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em um ano quanto ao direito à readmissão.
- (D) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- (E) Prescreve em 180 dias o direito de pleitear na esfera administrativa o pagamento de vantagens pecuniárias devidas pela Fazenda Pública.

#### Noções de Direito Administrativo

**61. Em relação aos cargos públicos, é correto afirmar que**

- (A) os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e, inclusive, aos estrangeiros.
- (B) os cargos públicos ofertados pela Administração Pública para preenchimento de vagas dentro do Poder Executivo serão criados através de decretos.
- (C) o cargo efetivo pode ser conquistado através de livre nomeação.
- (D) o Empregado Público pode ocupar cargo efetivo dentro da Administração Pública.
- (E) aquele que ocupa cargo público será obrigatoriamente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**62. Quando o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica, a forma de provimento será a**

- (A) recondução.
- (B) readaptação.
- (C) promoção.
- (D) reversão.
- (E) transferência.

**63. De acordo com a teoria dos atos administrativos, qual é a diferença entre Decreto e Regulamento?**

- (A) Os decretos têm força jurídica própria, ou seja, vigoram por si mesmos como atos independentes, ao passo que os regulamentos são atos dependentes e, por isso, não têm força própria que os impulsionem para a vigência.
- (B) Os regulamentos se projetam como atos normativos. Já os decretos, ao contrário, não podem ser normativos, como é o caso dos decretos de execução.
- (C) Os regulamentos são caracterizados como atos independentes e podem ser classificados como regulamentares ou autônomos. Já os decretos, serão considerados atos dependentes quando utilizados para a complementação e detalhamento das leis.
- (D) Decretos são atos que possuem natureza autônoma e normalmente representam a vontade de um órgão colegiado, caracterizando-se como atos simples coletivos. Os regulamentos, de natureza independente, pressupõem a representação da vontade de uma só pessoa, seja ela um Ministro ou Secretário de Estado.
- (E) Dentre outras possibilidades, os decretos servirão para que a Administração organize suas atividades e seus órgãos. Os Regulamentos, por outro lado, possuem como destinatário apenas as pessoas da sociedade.

**64. Referente aos poderes e deveres dos agentes públicos, bem como a sua utilização, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) De acordo com a doutrina majoritária, no poder, a ilegalidade atua como gênero do qual o abuso de poder é espécie.
- (B) O comportamento abusivo de autoridades

públicas pode ser eficazmente combatido pelo instrumento do controle, seja qual for o Poder estatal em que seja exercido.

- (C) A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898/1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva.
- (D) Nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva; mas todo abuso se reveste de ilegalidade.
- (E) No âmbito do direito público, os poderes administrativos são outorgados aos agentes do Poder Público e lhes permitem atuação voltada aos interesses da coletividade. Desse modo, as prerrogativas públicas constituem poderes para o agente público, como o poder de expressar inércia perante a execução de algum ato administrativo.

**65. De acordo com as prerrogativas atribuídas aos agentes públicos, conceder-se-á licença**

- (A) quando o servidor desejar acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, desde que a Administração Pública aceite e seja por tempo determinado.
- (B) por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro for acometido por doença que necessite de assistência direta e indispensável do servidor.
- (C) por até 80 dias consecutivos à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 2 anos de idade.
- (D) quando, a critério da administração, aquele que ocupar função pública e que não esteja em estágio probatório necessitar tratar de interesses particulares.
- (E) na proporção de três meses, para cada cinco anos trabalhados.

**66. Os serviços que possibilitam à Administração Pública, através de seu prestador, auferir lucros diante de sua execução são considerados**

- (A) Serviços Coletivos.
- (B) Serviços Econômicos.
- (C) Serviços de Utilidade Pública.
- (D) Serviços Singulares.
- (E) Serviços Sociais.

**67. Sobre o Controle Legislativo, é correto afirmar que**

- (A) possui seu fundamento de maneira eminentemente constitucional.
- (B) é aquele que espelha o desejo daqueles que o executam levando em consideração a prerrogativa de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios financeiros.
- (C) é aquele que examina a legalidade dos atos e leis de maneira distanciada dos interesses políticos.
- (D) o Poder Legislativo incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder onde esteja sendo desempenhada.
- (E) assegura o seu controle em um julgamento em que o único fator de motivação é a lei ou a Constituição, justamente por ser o legislativo um Poder equidistante do interesse das pessoas públicas e privadas.

**68. Qual princípio, dentro do Direito Administrativo, possui ligação com o seguinte conceito: “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade”?**

- (A) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (D) Princípio da Segurança Jurídica.
- (E) Princípio da Indisponibilidade.

**69. A Hierarquia, na Administração Pública, pressupõe uma organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Qual relação jurídica corresponde à hierarquia na Administração Pública?**

- (A) Vinculação e Disciplina.
- (B) Eficiência e Subordinação.
- (C) Subordinação e Disciplina.
- (D) Vinculação e Subordinação.
- (E) Eficiência e Disciplina.

**70. Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?**

- (A) Promoção, exoneração e demissão.
- (B) Reversão, transferência e exoneração.
- (C) Exoneração, demissão e reversão.
- (D) Transferência, exoneração e falecimento.
- (E) Ascensão, aposentadoria e readaptação.

**71. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa correta.**

- (A) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- (B) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- (C) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

**72. Segundo as determinações constitucionais, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de**

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.
- (D) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

- (E) atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**73. No que tange às disposições acerca da ciência, tecnologia e inovação previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Estado estimulará a articulação entre os entes públicos, nas diversas esferas de governo, visando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, excluindo a interação com entes privados.
- (B) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que terá suas normas gerais previstas em lei estadual.
- (C) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.
- (D) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (E) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento não prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

**74. Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre**

- (A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.
- (D) trânsito e transporte.
- (E) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

**75. Segundo as disposições constitucionais acerca dos Municípios, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de**

- (A) 9 Vereadores, nos Municípios de até 20.000 habitantes.
- (B) 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.
- (C) 13 Vereadores, nos Municípios de mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.
- (D) 15 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 habitantes e de até 100.000 habitantes.
- (E) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 100.000 habitantes e de até 120.000 habitantes; e assim sucessivamente.

**76. No que tange à remuneração, ao regime jurídico e à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, facultado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, baseada exclusivamente nos servidores ativos, desde que observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.
- (E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**77. Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do

Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

- (C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**78. Compete privativamente ao Presidente da República**

- (A) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (B) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.
- (C) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- (D) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.
- (E) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.

**79. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe**

- (A) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (B) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado

de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

- (C) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (D) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (E) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

**80. Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

**81. O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelo(s) seguinte(s) princípio(s):**

- (A) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.
- (B) alternância progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.

- (C) cooperação entre os entes federados, os agentes públicos, excluindo os agentes privados atuantes na área cultural.
- (D) interdependência compulsória dos entes federados e das instituições da sociedade civil.
- (E) centralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

**82. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares. O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que**

- (A) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (B) os municípios com mais de trezentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (C) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e pelos Estados Federados e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.
- (D) incumbe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.
- (E) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única.

**83. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):**

- (A) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.
- (B) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- (C) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- (D) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- (E) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

**84. No que tange às disposições constitucionais acerca dos índios, assinale a alternativa correta.**

- (A) São reconhecidos aos índios: sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo privativamente aos Estados federados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório pelo prazo mínimo de 10 anos, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (C) O aproveitamento dos recursos hídricos,

incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Senado Federal, dispensada a oitiva das comunidades afetadas, na forma da lei.

- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- (E) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em algumas hipóteses previstas em lei, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**85. Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

- (A) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.
- (E) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**86. A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:**

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
- (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

**87. As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de**

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Advogado-Geral da União.

**88. Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- (B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
- (C) São elegíveis os inalistáveis.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

**89. Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.**

- (A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- (B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.
- (D) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.
- (E) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

**90. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.**

- (A) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.
- (B) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (C) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.
- (D) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.
- (E) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

**91. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- (B) No direito constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, porém, o art. 49, V, da Constituição prevê uma exceção à regra, pois prevê que compete ao Presidente sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (C) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle preventivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.
- (D) No Brasil, a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade existe desde a primeira Constituição republicana de 1934.
- (E) A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal.

**92. Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.
- (B) O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.
- (C) Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.
- (D) O texto constitucional brasileiro

expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal.

- (E) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

**93. Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,**

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- (D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

**94. Segundo a Constituição Federal, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado(a)**

- (A) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.
- (B) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em todos os casos, para a do desporto de alto rendimento.
- (C) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional.
- (D) a proteção e o incentivo, preferencialmente, às manifestações desportivas de criação estrangeiras.
- (E) a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

**95. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.
- (B) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.
- (E) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

**96. A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.
- (B) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.
- (D) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

**97. Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.
- (B) A legitimação do Ministério Público para as ações civis impede a legitimidade de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.
- (C) Aos Membros do Ministério Público, é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.
- (D) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (E) A autorização pela maioria simples do Senado Federal deverá preceder a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

**98. Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- (B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.
- (E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**99. Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é correto afirmar que**

- (A) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- (B) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- (C) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.
- (D) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- (E) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

**100. A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de**

- (A) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.
- (B) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.
- (C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (D) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.
- (E) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

.....  
**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.  
.....



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
EDITAL Nº 001/2018 - PCES  
NÍVEL MÉDIO

**AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

**Composição do Caderno**

Língua Portuguesa	01 a 30
Raciocínio Lógico e Matemático	31 a 40
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	41 a 60
Noções de Direito Administrativo	61 a 70
Noções de Direito Constitucional	71 a 100

**MANHÃ**

**PROVA**  
**02**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO  
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA  
FOLHA DE RESPOSTAS!

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

### Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 1 a 15.

#### Policiamento comunitário

A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento. Uma delas é o policiamento comunitário, um tipo de policiamento que se expandiu durante as décadas de 1970 e 1980 quando as polícias de vários países introduziram uma série de inovações em suas estruturas e estratégias para lidar com o problema da criminalidade.

Apesar de essas experiências terem diferentes características, todas tiveram um aspecto comum: a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança.

Isso significa que as pessoas de uma determinada área passaram não só a participar das discussões sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região. Essas mudanças tiveram como objetivo melhorar as respostas dadas aos problemas de segurança pública, tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.

É interessante notar que a Constituição brasileira ratifica esse tipo de policiamento ao estabelecer, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.

Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime. Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).

Os cidadãos, por sua vez, têm o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado

SÃO PAULO. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

Disponível em <https://jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policiamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf> > Acesso em 12 fev. 2019.

- 1. Considere o excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta [...]”. O termo em destaque possui como referente**
  - (A) nova forma de “fazer política”.
  - (B) constituição brasileira.
  - (C) comunidade.
  - (D) polícia.
  - (E) segurança pública.
- 2. No excerto “[...] a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.”, o termo em destaque indica uma relação de**
  - (A) oposição.
  - (B) sequencialidade.
  - (C) conformidade.
  - (D) adição.
  - (E) contradição.
- 3. Tendo em vista a tipologia e a formulação textual, é correto afirmar que o Texto I é, predominantemente,**
  - (A) dissertativo.
  - (B) injuntivo.
  - (C) narrativo.
  - (D) expositivo.
  - (E) argumentativo.
- 4. Assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns conceitos veiculados no Texto I.**
  - (A) O surgimento da Polícia Comunitária e os direitos e deveres dos policiais e cidadãos envolvidos.
  - (B) A evolução do policiamento comunitário e a forma como a Constituição brasileira regulariza as ações dos policiais comunitários e dos cidadãos.

- (C) O envolvimento das polícias e da sociedade no combate ao crime por meio da troca de informações e funções.
- (D) O agir policial na sociedade, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, dos policiais e do Estado.
- (E) A ampliação da atuação da Polícia Comunitária e suas funções e o papel dos cidadãos nesse contexto.

**5. No excerto “[...] tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.”, a expressão em destaque indica uma relação de**

- (A) adição entre dois sintagmas nominais coordenados.
- (B) adição entre duas orações coordenadas.
- (C) comparação entre dois sintagmas nominais coordenados.
- (D) comparação entre duas orações coordenadas.
- (E) comparação entre uma oração subordinada e sua oração principal.

**6. O segundo parágrafo do texto é formado por**

- (A) dois períodos compostos.
- (B) um período simples e dois compostos, respectivamente.
- (C) dois períodos simples.
- (D) um período composto e um simples, respectivamente.
- (E) um período composto por subordinação.

**7. Assinale a alternativa que apresenta o sentido mais adequado para ‘adotar’, em “A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento.”, considerando o sentido denotativo dos termos das alternativas.**

- (A) Tomar.
- (B) Ponderar.
- (C) Adquirir.
- (D) Perfilhar.
- (E) Escolher.

**8. O excerto “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.” pode ser reescrito, observando-se os recursos coesivos, da seguinte forma:**

- (A) “[...] resulta também do processo de democratização das polícias, nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (B) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.”.
- (C) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias, as quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (D) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias pelas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (E) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias por quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.

**9. Em “Exige-se que [...]”, é correto afirmar que o “se” é**

- (A) partícula apassivadora.
- (B) índice de indeterminação do sujeito.
- (C) partícula expletiva.
- (D) indicador de sujeito acusativo.
- (E) partícula reflexiva.

**10. Considerando as regras ortográficas vigentes e o vocabulário padrão de Língua Portuguesa, em relação aos termos destacados no seguinte excerto: “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).”, para corrigir a(s) inadequação(ões), assinale a alternativa correta.**

- (A) bem-estar / pronto atendimento / pró-ativa.
- (B) bem estar / pronto-atendimento / proativa.
- (C) bem-estar / pronto-atendimento / próativa.
- (D) bem estar / pronto atendimento / pró ativa.
- (E) bem-estar / pronto-atendimento / pró-ativa.

**11. No excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas [...]”, o “que”, considerando suas funções, pode ser classificado, respectivamente, como**

- (A) pronome indefinido e preposição.
- (B) conjunção integrante e conjunção integrante.
- (C) conjunção consecutiva e conjunção aditiva.
- (D) conjunção integrante e pronome relativo.
- (E) conjunção integrante e pronome adjetivo.

**12. Tendo em vista o sentido e o contexto no qual o seguinte excerto está inserido, assinale a alternativa que preenche corretamente suas lacunas.**

“Isso \_\_\_\_\_ que as pessoas de uma determinada área \_\_\_\_\_ não só a participar dos/das \_\_\_\_\_ sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região.”.

- (A) aponta / principiaram / excussões
- (B) inclui / começaram / debates
- (C) assinala / começaram / reflexões
- (D) denota / encetaram / palestras
- (E) demonstra / principiaram / debates

**13. Em “[...] atenda às necessidades da população [...]”, a presença das preposições é devida, respectivamente, por haver**

- (A) regência verbal e regência nominal.
- (B) regência nominal e adjunto adnominal.
- (C) regência verbal e complemento nominal.
- (D) regência nominal e complemento verbal.
- (E) complemento verbal e regência nominal.

**14. De acordo com o Texto I, compreende-se que o “policiamento comunitário”**

- (A) é dever de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado e da Polícia.
- (B) é de responsabilidade de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado, Polícia e sociedade.
- (C) é responsabilidade da Polícia e dever do Estado, os quais trabalham em conjunto em prol da segurança pública.
- (D) é uma ação conjunta de policiamento, na qual cidadãos e policiais realizam ações reativas e preventivas.
- (E) é uma organização e estruturação estadual que objetiva unir população, Polícia e Estado.

**15. Em “Apesar de essas experiências terem diferentes características [...]”, o termo em **destaque, sintaticamente, funciona como****

- (A) complemento nominal.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) sujeito não preposicionado.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) sujeito preposicionado.

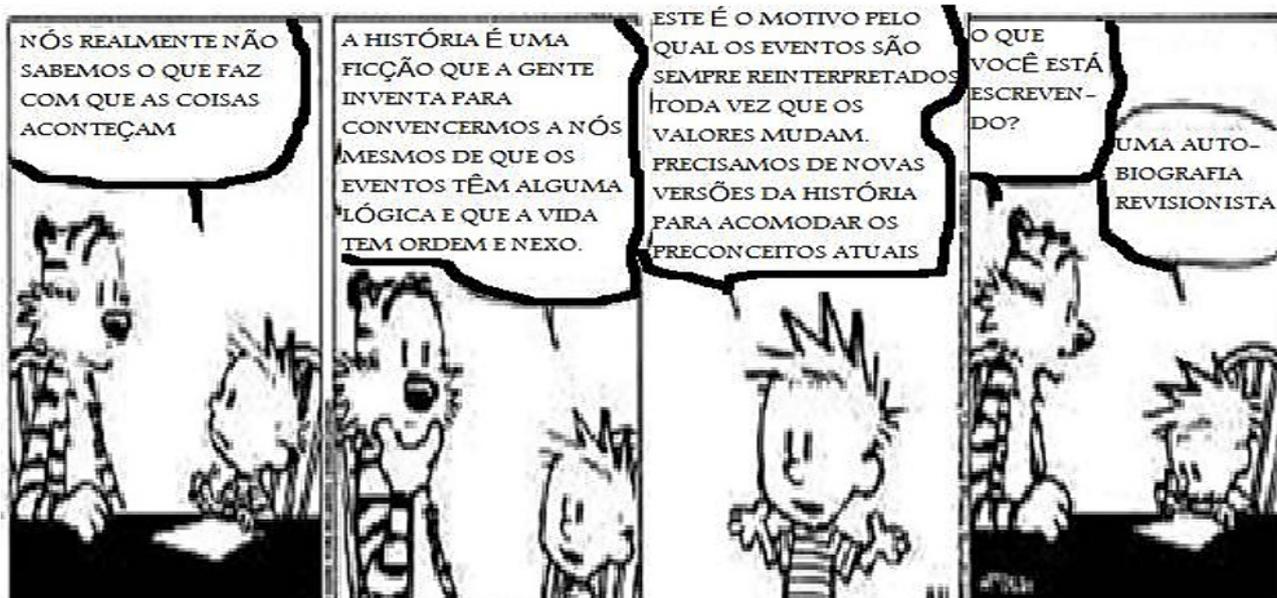
Utilize o Texto II para responder as questões de 16 a 23.



16. Em "O que me surpreende é que haja vida neste planeta.", os termos em destaque funcionam, respectivamente, como
- (A) pronome indefinido e conjunção subordinativa.
  - (B) substantivo e partícula expletiva.
  - (C) pronome relativo e conjunção coordenativa.
  - (D) pronome demonstrativo e pronome relativo.
  - (E) pronome pessoal e partícula expletiva.
17. As expressões "com certeza" e "intensamente", visto o contexto em que se encontram, classificam-se, respectivamente, como
- (A) advérbio de modo e advérbio de modo.
  - (B) advérbio de modo e advérbio de intensidade.
  - (C) locução adverbial de modo e advérbio de intensidade.
  - (D) Locução adverbial de afirmação e advérbio de modo.
  - (E) Locução adverbial de intensidade e advérbio de intensidade.
18. No excerto do primeiro quadrinho, há duas frases exclamativas em que, dado o contexto, ambas indicam
- (A) entusiasmo.
  - (B) espanto.
  - (C) susto.
  - (D) raiva.
  - (E) admiração.
19. Em "Não te surpreende que [...]", é correto afirmar que a colocação do pronome antes do verbo é
- (A) obrigatória devido ao advérbio de negação.
  - (B) obrigatória devido ao fato de estar em posição inicial na oração.
  - (C) obrigatória, pois acompanha um verbo nocional.
  - (D) facultativa, pois há conjunção após o verbo.
  - (E) facultativa, uma vez que não há fator de próclise.
20. Assinale a alternativa correta considerando a função da linguagem em "Não te surpreendes que haja vida noutros planetas?"
- (A) Emotiva
  - (B) Poética.
  - (C) Fática.
  - (D) Metalinguística.
  - (E) Conativa.

21. Em “Genebra não chega a acordo [...]”, o termo em destaque é exigido pela regência do verbo e pode variar, conforme o sentido pretendido, como em “chegar de”, por exemplo. Assinale a alternativa que melhor exprime o sentido presente na expressão “chega a acordo”, presente no texto.
- (A) Destino.  
 (B) Movimento.  
 (C) Locomoção.  
 (D) Obtenção.  
 (E) Deslocamento.
22. O sinal de aspas, utilizado no texto do terceiro quadrinho, serve para indicar
- (A) ênfase.  
 (B) discurso direto.  
 (C) discurso indireto.  
 (D) discurso indireto livre.  
 (E) discurso direto livre.
23. Tendo em vista o contexto do primeiro quadrinho, assinale a alternativa que melhor se adéqua, em relação ao tempo verbal do termo destacado, em “Com certeza dizem qualquer coisa [...]”.
- (A) Diriam.  
 (B) Dirão.  
 (C) Disseram.  
 (D) Dissessem.  
 (E) Diziam.

Utilize o texto III para responder as questões de 24 a 30.



24. Em “Nós não sabemos o que faz [...]” e em “[...] para convenceremos a nós mesmos [...]”, o pronome “nós” funciona, respectivamente, como
- (A) sujeito e objeto direto.  
 (B) sujeito e objeto indireto.  
 (C) sujeito e objeto direto preposicionado.  
 (D) sujeito e sujeito.  
 (E) sujeito e sujeito preposicionado.

**25. Considerando o contexto das expressões “sempre” e “toda vez”, é correto afirmar que elas transmitem, respectivamente, a ideia de**

- (A) constância e continuidade.
- (B) frequência e repetição.
- (C) continuidade e constância.
- (D) repetição e constância.
- (E) perpetuidade e continuidade.

**26. Considerando o processo de formação de palavras, assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam processo de derivação prefixal.**

- (A) Revisionista, preconceito.
- (B) Reinterpretados, realmente.
- (C) Preconceito, realmente.
- (D) Realmente, revisionista.
- (E) Reinterpretados, preconceito.

**27. Em relação à classe de palavras, assinale a alternativa em que a ausência do acento no vocábulo faça com que ocorra uma mudança de classe de palavra nos dois termos.**

- (A) Nós, têm.
- (B) Têm, é.
- (C) Nós, está.
- (D) É, nós.
- (E) Está, é.

**28. Em “Uma auto-biografia revisionista”, o termo em destaque é um**

- (A) adjetivo de dois gêneros.
- (B) adjetivo masculino flexionado para o feminino.
- (C) adjetivo feminino.
- (D) substantivo funcionando como adjetivo.
- (E) substantivo de dois gêneros.

**29. No excerto “[...] o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem alterar o sentido principal, por**

- (A) pelo que.
- (B) porque.
- (C) por que.
- (D) que.
- (E) por quê.

**30. No excerto “Este é o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, o termo em destaque realiza uma**

- (A) anáfora, retomando todo o conteúdo do quadrinho anterior.
- (B) anáfora, retomando parte do conteúdo posterior - “toda vez que [...]”.
- (C) catáfora, retomando parte do conteúdo do quadrinho anterior - “[...] os eventos têm [...]”.
- (D) catáfora, antecipando o conteúdo do último quadrinho.
- (E) catáfora, antecipando o conteúdo presente no mesmo quadrinho - “toda vez que [...]”.

### Raciocínio Lógico e Matemático

**31. Qual das seguintes alternativas apresenta a contraditória da afirmação: “Todo condenado é culpado.”?**

- (A) “Todo condenado não é culpado.”.
- (B) “Algum culpado é condenado.”.
- (C) “Algum condenado não é culpado.”.
- (D) “Algum condenado é culpado.”.
- (E) “Todo culpado é condenado.”.

**32. André, Bernardo, Caíque, Durval e Estevan são amigos de infância. Certo dia, eles se encontraram pra conversar e disseram:**

- **André:** Eu sou mais baixo do que o Caíque, mas sou maior do que o Durval!
- **Estevan:** Só um de vocês é maior do que eu!
- **Durval:** Só sei de uma coisa: eu não sou o mais baixinho!

**Sabendo que todas essas afirmações são verdadeiras e que esses amigos fizeram uma fila, do menor para o maior, segundo suas alturas, que eram distintas, é correto afirmar que**

- (A) Estevan é o terceiro da fila.
- (B) Bernardo é o primeiro da fila.
- (C) Bernardo é o último da fila.
- (D) André tem três pessoas à sua frente.
- (E) Caíque é o quarto da fila.

- 33. Aldo possui animais de 3 espécies diferentes: 3 cachorros, 3 gatos e 8 coelhos. O peso dos animais da mesma espécie é igual. Sabendo que o peso de 1 cachorro é igual ao peso de 2 gatos e que o peso de 3 gatos é igual ao peso de 4 coelhos, utilizando como base os animais citados, é correto afirmar que**
- (A) um gato pesa mais do que um cachorro.  
(B) um coelho pesa mais do que um gato.  
(C) o peso de um cachorro equivale ao peso de seis coelhos.  
(D) o peso de dois cachorros é menor do que o peso de quatro coelhos.  
(E) o peso de três cachorros é igual ao peso de oito coelhos.
- 34. João e Adilson estão em uma reunião com todos os outros supervisores da empresa em que trabalham. Eles estão sentados juntos a uma mesa retangular, cada um (João e Adilson) em uma ponta. Entre eles, de um lado, há três pessoas e, do outro, duas pessoas. Um garçom coloca, aleatoriamente, 7 pratos na mesa, um na frente de cada lugar. Em um desses pratos, está colado um envelope com a quantia de R\$ 1.000,00. Qual é a probabilidade de João ou Adilson receberem o prato com o envelope?**
- (A) 1 / 14  
(B) 1 / 7  
(C) 2 / 7  
(D) 3 / 14  
(E) 4 / 7
- 35. Considere como sendo verdadeira a afirmação: “Se Wedson é perito criminal, ele é médico.”. Considere, também, como falsa a afirmação: “Wedson é médico e perito criminal.”. Qual das seguintes alternativas apresenta necessariamente uma verdade?**
- (A) “Wedson não é médico.”.  
(B) “Wedson não é perito criminal.”.  
(C) “Wedson é médico.”.  
(D) “Wedson é perito criminal.”.  
(E) “Wedson não é médico e nem perito criminal.”.
- 36. Considere a seguinte proposição: “Neste concurso, Pedro será aprovado ou não será aprovado.”. Analisando segundo a lógica, essa afirmação é um exemplo claro de**
- (A) contradição.  
(B) equivalência.  
(C) redundância.  
(D) repetição.  
(E) tautologia.
- 37. Considere a afirmação: “Sou Médico e Perito Criminal.” e assinale a alternativa que apresenta a negação dessa afirmação.**
- (A) “Sou Médico ou sou Perito Criminal.”.  
(B) “Sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.  
(C) “Não sou Médico e não sou Perito Criminal.”.  
(D) “Não sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.  
(E) “Não sou Médico e sou Perito Criminal.”.
- 38. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação semelhante à seguinte: “Se eu estivesse atento, teria solucionado o crime.”.**
- (A) “Estava atento e solucionei o crime.”.  
(B) “Se eu solucionei o crime, então estava atento.”.  
(C) “Se eu não estava atento, então não solucionei o crime.”.  
(D) “Não estava atento e não solucionei o crime.”.  
(E) “Se eu não solucionei o crime, então eu não estava atento.”.
- 39. Assinale a alternativa que apresenta a negação da seguinte afirmação: “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime estará solucionado.”.**
- (A) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.  
(B) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas ou o crime não foi solucionado.”.  
(C) “O DNA encontrado não é compatível e as digitais não são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.  
(D) “Se o DNA encontrado não for compatível e se as digitais não forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.

(E) “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.

**40. Em uma cena de crime, encontram-se digitais e DNA de várias pessoas, porém nem sempre são encontrados as digitais e o DNA do culpado. Considere verdade que: “Se a digital do culpado estiver na cena do crime, então o DNA não estará.”. Essa afirmação é equivalente a**

- (A) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado não estará.”.
- (B) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o DNA estará.”.
- (C) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o não DNA estará.”.
- (D) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.
- (E) “Se o DNA não estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.

**Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações**

**41. No que tange à aposentadoria do funcionário policial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A aposentadoria compulsória não é automática.
- (B) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 12 meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.
- (C) O tempo mínimo para aposentadoria voluntária do servidor policial civil, com proventos integrais, é de 35 anos para o homem e de 30 anos para mulheres.
- (D) O servidor policial civil será aposentado compulsoriamente aos 65 anos de idade.
- (E) Ao pessoal inativo, não é garantido o mesmo aumento dos vencimentos do pessoal em atividade.

**42. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, a respeito da formalização dos expedientes e da prescrição, assinale a alternativa correta.**

- (A) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em dois anos quanto às faltas sujeitas a penas de advertência e suspensão.

(B) É assegurado ao funcionário policial o direito de requerer e o de representar.

(C) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em um ano quanto ao direito à readmissão.

(D) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.

(E) Prescreve em 180 dias o direito de pleitear na esfera administrativa o pagamento de vantagens pecuniárias devidas pela Fazenda Pública.

**43. No que se refere aos cargos e à função policial civil, é correto afirmar que**

- (A) a função policial é, em qualquer hipótese, incompatível com qualquer outra atividade.
- (B) os cargos policiais civis são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- (C) as funções gratificadas serão providas mediante ato de nomeação.
- (D) são atos de provimento efetivo de cargos a nomeação, a promoção, o aproveitamento, dentre outros.
- (E) os cargos em comissão serão providos mediante ato de designação.

**44. Em relação ao curso de formação profissional para cargo policial civil e o ato de nomeação, assinale a alternativa correta.**

- (A) O curso de formação profissional possui caráter eliminatório, complementar e indispensável ao exercício profissional e será realizado logo após a nomeação.
- (B) Os candidatos inscritos no curso de formação profissional não perceberão qualquer auxílio financeiro.
- (C) Terá a matrícula cancelada o policial aluno que for reprovado em qualquer disciplina do curso.
- (D) O funcionário policial nomeado para o cargo efetivo ficará sujeito ao período de 1 ano de estágio experimental.
- (E) Durante o período de estágio experimental, será permitido ao servidor público civil se afastar do cargo somente nos casos previstos em lei.

**45. A posse é o ato de investidura em cargo policial civil. A respeito da posse, é correto afirmar que**

- (A) a formalização do compromisso policial somente será prestada pelo funcionário na posse referente ao primeiro ingresso. Nas demais, não será necessária.
- (B) não é necessário estar em gozo dos direitos políticos para tomar posse no cargo de policial civil.
- (C) não é admitida a posse por meio de procuração, em nenhuma hipótese.
- (D) não será necessário figurar no termo de posse os bens e valores que constituem o patrimônio do funcionário policial, embora devam ser declarados.
- (E) também haverá posse nos casos de promoção, acesso e readaptação.

**46. Dentre as seguintes alternativas, os afastamentos do funcionário policial, mediante prévia autorização do Governador do Estado, só serão permitidos para**

- (A) frequentar curso especializado, mesmo que não se relacione às atribuições do cargo efetivo de que seja titular.
- (B) estudo ou missão, independente de interesse específico do serviço.
- (C) viagens de até seis meses para realização de pesquisas científicas, mesmo que não relacionadas a sua função.
- (D) participar de congresso e outros certames, mesmo que tratem de matéria não pertinente a sua função.
- (E) o exercício das atribuições inerentes ao seu cargo efetivo em outra unidade administrativa estadual.

**47. Assinale a alternativa que trata corretamente da vacância e do ato de exoneração.**

- (A) A exoneração do funcionário policial somente pode ocorrer "ex-offício".
- (B) São casos de vacância, dentre outros, a demissão, a exoneração e a promoção.
- (C) Na exoneração, há o afastamento do cargo, mas não a cessação do vínculo que liga o funcionário policial ao Estado.
- (D) A exoneração "ex-offício" não poderá ocorrer quando o funcionário tomar posse em outro cargo público.
- (E) A vacância de função gratificada não poderá decorrer de destituição.

**48. A respeito das gratificações previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que**

- (A) A gratificação de representação será devida ao funcionário policial, para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo, que o incompatibilizam com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- (B) A gratificação do magistério policial será devida ao funcionário policial que for designado para participar como professor de cursos da Escola de Polícia Civil e será arbitrada por ato do Chefe do poder Executivo, que regulamentará a sua concessão.
- (C) A gratificação de função policial civil será concedida ao funcionário policial pelo desempenho de atribuições, tarefas ou encargos em circunstâncias consideradas potencialmente perigosas à sua integridade física, com possibilidades de dano à vida ou à saúde.
- (D) A gratificação de risco de vida será concedida ao funcionário policial que se ausentar do Estado, na hipótese prevista nesse estatuto, e será arbitrada pelo Governador, mediante proposta fundamentada do Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (E) A gratificação por estudo ou missão de interesse do serviço destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à representatividade de ocupantes de cargo de destaque da instituição policial civil.

**49. O funcionário policial será licenciado, EXCETO**

- (A) para tratamento de sua própria saúde.
- (B) para serviço militar obrigatório.
- (C) para estudos no exterior.
- (D) para trato de interesses particulares.
- (E) por motivo de afastamento do cônjuge.

**50. A função policial, pelas suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. A respeito da hierarquia e do regime disciplinar do policial civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados tanto no desempenho do cargo ou função como fora deles.

- (B) Não é considerada falta de natureza grave o fato de o superior hierárquico dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.
- (C) Não é considerado transgressão disciplinar frequentar, fora do serviço, lugar incompatível com o decore da função policial.
- (D) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde penal e administrativamente, mas não civilmente.
- (E) A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.

**51. Constituem transgressões disciplinares do funcionário policial, EXCETO**

- (A) faltar com a verdade no exercício de suas funções.
- (B) fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço.
- (C) praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial.
- (D) portar sua credencial oficial, mesmo não estando em serviço.
- (E) omitir ou declarar falsamente conceito sobre funcionário policial em regime de estágio experimental.

**52. Constitui transgressão disciplinar grave do funcionário policial**

- (A) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição.
- (B) deixar de assumir, no prazo legal, a função para a qual foi designado.
- (C) a falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- (D) permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente.
- (E) omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos ou negligenciar na sua guarda.

**53. A respeito das penas disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A transgressão ter sido cometida no interesse do serviço não é causa que a justifica.
- (B) Ter uma mínima cooperação do funcionário no cometimento da infração não é uma circunstância atenuante da pena.
- (C) Ter o funcionário confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro, é circunstância que agrava a pena.

- (D) Para aplicação de qualquer pena disciplinar, será considerada a repercussão do fato, dentre outros.
- (E) A cassação de aposentadoria ou de indisponibilidade não constitui uma pena disciplinar cabível.

**54. Dentre outros casos, para imposição das penas disciplinares aos funcionários policiais infratores, é competente o**

- (A) Secretário de Estado da Segurança Pública, em qualquer caso.
- (B) Governador do Estado, na aplicação das penas de suspensão superior a 60 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Conselho de Polícia Civil, em qualquer caso.
- (D) Delegado Chefe da Polícia Civil, nos casos de pena de advertência.
- (E) Delegado de Polícia, na aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função.

**55. A respeito da Ação Disciplinar, assinale a alternativa correta.**

- (A) A autoridade que tiver ciência de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, cometida por servidor policial civil, poderá ou não dar início a sua apuração, em caso de subordinado seu.
- (B) O processo administrativo disciplinar não poderá ser instaurado com base na apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares que o precederam.
- (C) Recebido o relatório de apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, o Delegado Chefe da Polícia Civil não poderá aplicar a penalidade cabível, devendo remeter o relatório à autoridade competente.
- (D) Da apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, será dada ciência ao Delegado chefe da Polícia Civil, através de relatório que não necessariamente conterà a forma pela qual se teve conhecimento dos fatos.
- (E) A apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares será feita através de investigação sumária.

**56. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Processo Disciplinar será promovido por um funcionário policial de nível hierárquico igual ou superior ao do indiciado.
- (B) Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, quando solicitado por quem promove o Processo Disciplinar.
- (C) No Processo disciplinar, é vedada, em qualquer hipótese, a citação do indiciado por edital.
- (D) Em sua defesa no Processo Disciplinar, o indiciado poderá produzir provas, exceto prova testemunhal.
- (E) No Processo Disciplinar, o indiciado não poderá constituir defensor.

**57. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Da decisão proferida em processo disciplinar, não caberá recurso na esfera administrativa.
- (B) Em nenhuma hipótese, caberá revisão de processo administrativo disciplinar.
- (C) Indícios veementes constituem prova no processo administrativo disciplinar.
- (D) O processo disciplinar será sobrestado para aguardar a decisão de ação penal.
- (E) Se for o caso, a abertura de inquérito policial deverá, em qualquer hipótese, aguardar a conclusão do processo disciplinar.

**58. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) É admitido o provimento de cargo policial civil por ato de readmissão.
- (B) Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola de Polícia Civil não possuem caráter obrigatório.
- (C) Independentemente de autorização, a autoridade policial, seus agentes e auxiliares poderão residir fora do município da unidade policial a que prestam serviço.
- (D) O provimento de funções gratificadas com atribuições de natureza policial não é

privativo do ocupante de cargo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

- (E) É vedado ao funcionário policial trabalhar sob ordens de cônjuge ou parente até o segundo grau civil, salvo quando não houver na localidade outra unidade policial.

**59. A respeito dos atos de promoção e readaptação, assinale a alternativa correta.**

- (A) Promoção é a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à categoria imediatamente superior àquela a que pertence e ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (B) A promoção para Delegado de Polícia da Categoria Especial dar-se-á exclusivamente pelo critério de antiguidade.
- (C) A readaptação somente poderá ocorrer “ex-offício”. Em nenhuma hipótese, ocorrerá a pedido do interessado.
- (D) A reincidência inespecífica em três transgressões disciplinares não é causa para readaptação.
- (E) Durante o processo de readaptação, o funcionário policial permanecerá no desempenho de suas funções.

**60. Assinale a alternativa correta referente aos atos de aproveitamento e reversão e ao quadro suplementar.**

- (A) Aproveitamento é o retorno à atividade do funcionário policial aposentado quando forem insubsistentes os motivos que o levaram a aposentar-se.
- (B) Reversão é o reingresso do funcionário policial que se encontrava em disponibilidade.
- (C) De regra, o tempo de serviço do servidor policial civil no quadro suplementar não será computado para efeito de promoção.
- (D) O funcionário policial em cumprimento de pena privativa de liberdade não será colocado no Quadro Suplementar.
- (E) O funcionário policial investido em mandato eletivo não será colocado no Quadro Suplementar.

**61. A Hierarquia, na Administração Pública, pressupõe uma organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Qual relação jurídica corresponde à hierarquia na Administração Pública?**

- (A) Vinculação e Disciplina.
- (B) Eficiência e Subordinação.
- (C) Subordinação e Disciplina.
- (D) Vinculação e Subordinação.
- (E) Eficiência e Disciplina.

**62. Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?**

- (A) Promoção, exoneração e demissão.
- (B) Reversão, transferência e exoneração.
- (C) Exoneração, demissão e reversão.
- (D) Transferência, exoneração e falecimento.
- (E) Ascensão, aposentadoria e readaptação.

**63. Em relação aos cargos públicos, é correto afirmar que**

- (A) os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e, inclusive, aos estrangeiros.
- (B) os cargos públicos ofertados pela Administração Pública para preenchimento de vagas dentro do Poder Executivo serão criados através de decretos.
- (C) o cargo efetivo pode ser conquistado através de livre nomeação.
- (D) o Empregado Público pode ocupar cargo efetivo dentro da Administração Pública.
- (E) aquele que ocupa cargo público será obrigatoriamente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**64. Quando o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica, a forma de provimento será a**

- (A) recondução.
- (B) readaptação.
- (C) promoção.
- (D) reversão.
- (E) transferência.

**65. De acordo com a teoria dos atos administrativos, qual é a diferença entre Decreto e Regulamento?**

- (A) Os decretos têm força jurídica própria, ou seja, vigoram por si mesmos como atos independentes, ao passo que os regulamentos são atos dependentes e, por isso, não têm força própria que os impulse para a vigência.
- (B) Os regulamentos se projetam como atos normativos. Já os decretos, ao contrário, não podem ser normativos, como é o caso dos decretos de execução.
- (C) Os regulamentos são caracterizados como atos independentes e podem ser classificados como regulamentares ou autônomos. Já os decretos, serão considerados atos dependentes quando utilizados para a complementação e detalhamento das leis.
- (D) Decretos são atos que possuem natureza autônoma e normalmente representam a vontade de um órgão colegiado, caracterizando-se como atos simples coletivos. Os regulamentos, de natureza independente, pressupõem a representação da vontade de uma só pessoa, seja ela um Ministro ou Secretário de Estado.
- (E) Dentre outras possibilidades, os decretos servirão para que a Administração organize suas atividades e seus órgãos. Os Regulamentos, por outro lado, possuem como destinatário apenas as pessoas da sociedade.

**66. Referente aos poderes e deveres dos agentes públicos, bem como a sua utilização, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) De acordo com a doutrina majoritária, no poder, a ilegalidade atua como gênero do qual o abuso de poder é espécie.
- (B) O comportamento abusivo de autoridades públicas pode ser eficazmente combatido pelo instrumento do controle, seja qual for o Poder estatal em que seja exercido.
- (C) A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898/1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva.
- (D) Nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva; mas todo abuso se reveste de ilegalidade.
- (E) No âmbito do direito público, os poderes administrativos são outorgados aos agentes do Poder Público e lhes permitem atuação voltada aos interesses da coletividade. Desse modo, as prerrogativas públicas constituem poderes para o agente público, como o poder de expressar inércia perante a execução de algum ato administrativo.

**67. De acordo com as prerrogativas atribuídas aos agentes públicos, conceder-se-á licença**

- (A) quando o servidor desejar acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, desde que a Administração Pública aceite e seja por tempo determinado.
- (B) por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro for acometido por doença que necessite de assistência direta e indispensável do servidor.
- (C) por até 80 dias consecutivos à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 2 anos de idade.
- (D) quando, a critério da administração, aquele que ocupar função pública e que não esteja em estágio probatório necessitar tratar de interesses particulares.
- (E) na proporção de três meses, para cada cinco anos trabalhados.

**68. Os serviços que possibilitam à Administração Pública, através de seu prestador, auferir lucros diante de sua execução são considerados**

- (A) Serviços Coletivos.
- (B) Serviços Econômicos.
- (C) Serviços de Utilidade Pública.
- (D) Serviços Singulares.
- (E) Serviços Sociais.

**69. Sobre o Controle Legislativo, é correto afirmar que**

- (A) possui seu fundamento de maneira eminentemente constitucional.
- (B) é aquele que espelha o desejo daqueles que o executam levando em consideração a prerrogativa de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios financeiros.
- (C) é aquele que examina a legalidade dos atos e leis de maneira distanciada dos interesses políticos.
- (D) o Poder Legislativo incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder onde esteja sendo desempenhada.
- (E) assegura o seu controle em um julgamento em que o único fator de motivação é a lei ou a Constituição, justamente por ser o legislativo um Poder equidistante do interesse das pessoas públicas e privadas.

**70. Qual princípio, dentro do Direito Administrativo, possui ligação com o seguinte conceito: “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade”?**

- (A) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (D) Princípio da Segurança Jurídica.
- (E) Princípio da Indisponibilidade.

**71. Segundo a Constituição Federal, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado(a)**

- (A) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.
- (B) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em todos os casos, para a do desporto de alto rendimento.
- (C) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional.
- (D) a proteção e o incentivo, preferencialmente, às manifestações desportivas de criação estrangeiras.
- (E) a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

**72. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.
- (B) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistrado.
- (E) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

**73. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa correta.**

- (A) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- (B) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- (C) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

**74. Segundo as determinações constitucionais, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de**

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.
- (D) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (E) atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**75. No que tange às disposições acerca da ciência, tecnologia e inovação previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Estado estimulará a articulação entre os entes públicos, nas diversas esferas de governo, visando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, excluindo a interação com entes privados.
- (B) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que terá suas normas gerais previstas em lei estadual.
- (C) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.
- (D) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (E) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento não prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

**76. Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre**

- (A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.
- (D) trânsito e transporte.
- (E) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

**77. Segundo as disposições constitucionais acerca dos Municípios, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de**

- (A) 9 Vereadores, nos Municípios de até 20.000 habitantes.
- (B) 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.
- (C) 13 Vereadores, nos Municípios de mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.
- (D) 15 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 habitantes e de até 100.000 habitantes.
- (E) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 100.000 habitantes e de até 120.000 habitantes; e assim sucessivamente.

**78. No que tange à remuneração, ao regime jurídico e à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, facultado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, baseada exclusivamente nos servidores ativos, desde que observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

(E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**79. Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa correta.**

(A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.

(B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.

(C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.

(D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

(E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**80. Compete privativamente ao Presidente da República**

(A) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.

(B) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.

(C) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

(D) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.

(E) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.

**81. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe**

(A) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.

(B) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.

(C) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

(D) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.

(E) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

**82. Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

**83. O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelo(s) seguinte(s) princípio(s):**

- (A) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.
- (B) alternância progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- (C) cooperação entre os entes federados, os agentes públicos, excluindo os agentes privados atuantes na área cultural.
- (D) interdependência compulsória dos entes federados e das instituições da sociedade civil.
- (E) centralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

**84. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares. O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que**

- (A) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (B) os municípios com mais de trezentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (C) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e pelos Estados Federados e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.
- (D) incumbe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.
- (E) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única.

**85. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):**

- (A) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.
- (B) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por

- profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.
- (C) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
  - (D) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
  - (E) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

**86. No que tange às disposições constitucionais acerca dos índios, assinale a alternativa correta.**

- (A) São reconhecidos aos índios: sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo privativamente aos Estados federados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório pelo prazo mínimo de 10 anos, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (C) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Senado Federal, dispensada a oitiva das comunidades afetadas, na forma da lei.
- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- (E) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em algumas hipóteses previstas em lei, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**87. Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

- (A) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.
- (E) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**88. A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:**

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
- (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

**89. As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de**

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Advogado-Geral da União.

**90. Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- (B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
- (C) São elegíveis os inalistáveis.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

**91. Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.**

- (A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- (B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.
- (D) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- (E) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

**92. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.**

- (A) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.
- (B) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (C) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.
- (D) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.
- (E) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

**93. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- (B) No direito constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, porém, o art. 49, V, da Constituição prevê uma exceção à regra, pois prevê que compete ao Presidente sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (C) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle preventivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.
- (D) No Brasil, a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade existe desde a primeira Constituição republicana de 1934.
- (E) A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal.

**94. Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.
- (B) O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.
- (C) Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.
- (D) O texto constitucional brasileiro expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal.
- (E) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

**95. Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,**

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- (D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

**96. Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é correto afirmar que**

- (A) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- (B) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- (C) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.
- (D) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- (E) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

**97. A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de**

- (A) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.
- (B) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.
- (C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (D) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.
- (E) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

**98. A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.
- (B) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.
- (D) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

**99. Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.
- (B) A legitimação do Ministério Público para as ações civis impede a legitimidade de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.
- (C) Aos Membros do Ministério Público, é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.
- (D) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.
- (E) A autorização pela maioria simples do Senado Federal deverá preceder a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

**100. Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- (B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.
- (E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.



GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
EDITAL Nº 001/2018 - PCES  
NÍVEL MÉDIO

**AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

**Composição do Caderno**

Língua Portuguesa	01 a 30
Raciocínio Lógico e Matemático	31 a 40
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	41 a 60
Noções de Direito Administrativo	61 a 70
Noções de Direito Constitucional	71 a 100

**MANHÃ**

**PROVA**  
**03**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO  
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA  
FOLHA DE RESPOSTAS!

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

### Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 1 a 15.

#### Policiamento comunitário

A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento. Uma delas é o policiamento comunitário, um tipo de policiamento que se expandiu durante as décadas de 1970 e 1980 quando as polícias de vários países introduziram uma série de inovações em suas estruturas e estratégias para lidar com o problema da criminalidade.

Apesar de essas experiências terem diferentes características, todas tiveram um aspecto comum: a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança.

Isso significa que as pessoas de uma determinada área passaram não só a participar das discussões sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região. Essas mudanças tiveram como objetivo melhorar as respostas dadas aos problemas de segurança pública, tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.

É interessante notar que a Constituição brasileira ratifica esse tipo de policiamento ao estabelecer, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.

Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime. Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).

Os cidadãos, por sua vez, têm o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado

SÃO PAULO. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

Disponível em <https://jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policiamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf> > Acesso em 12 fev. 2019.

**1. De acordo com o Texto I, compreende-se que o “policiamento comunitário”**

- (A) é dever de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado e da Polícia.
- (B) é de responsabilidade de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado, Polícia e sociedade.
- (C) é responsabilidade da Polícia e dever do Estado, os quais trabalham em conjunto em prol da segurança pública.
- (D) é uma ação conjunta de policiamento, na qual cidadãos e policiais realizam ações reativas e preventivas.
- (E) é uma organização e estruturação estadual que objetiva unir população, Polícia e Estado.

**2. Em “Apesar de essas experiências terem diferentes características [...]”, o termo em destaque, sintaticamente, funciona como**

- (A) complemento nominal.
- (B) adjunto adnominal.
- (C) sujeito não preposicionado.
- (D) adjunto adverbial.
- (E) sujeito preposicionado.

**3. Considere o excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta [...]”. O termo em destaque possui como referente**

- (A) nova forma de “fazer política”.
- (B) constituição brasileira.
- (C) comunidade.
- (D) polícia.
- (E) segurança pública.

4. No excerto “[...] a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.”, o termo em destaque indica uma relação de
- (A) oposição.
  - (B) sequencialidade.
  - (C) conformidade.
  - (D) adição.
  - (E) contradição.
5. Tendo em vista a tipologia e a formulação textual, é correto afirmar que o Texto I é, predominantemente,
- (A) dissertativo.
  - (B) injuntivo.
  - (C) narrativo.
  - (D) expositivo.
  - (E) argumentativo.
6. Assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns conceitos veiculados no Texto I.
- (A) O surgimento da Polícia Comunitária e os direitos e deveres dos policiais e cidadãos envolvidos.
  - (B) A evolução do policiamento comunitário e a forma como a Constituição brasileira regulariza as ações dos policiais comunitários e dos cidadãos.
  - (C) O envolvimento das polícias e da sociedade no combate ao crime por meio da troca de informações e funções.
  - (D) O agir policial na sociedade, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, dos policiais e do Estado.
  - (E) A ampliação da atuação da Polícia Comunitária e suas funções e o papel dos cidadãos nesse contexto.
7. No excerto “[...] tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.”, a expressão em destaque indica uma relação de
- (A) adição entre dois sintagmas nominais coordenados.
  - (B) adição entre duas orações coordenadas.
  - (C) comparação entre dois sintagmas nominais coordenados.
  - (D) comparação entre duas orações coordenadas.
  - (E) comparação entre uma oração subordinada e sua oração principal.
8. O segundo parágrafo do texto é formado por
- (A) dois períodos compostos.
  - (B) um período simples e dois compostos, respectivamente.
  - (C) dois períodos simples.
  - (D) um período composto e um simples, respectivamente.
  - (E) um período composto por subordinação.
9. Assinale a alternativa que apresenta o sentido mais adequado para ‘adotar’, em “A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento.”, considerando o sentido denotativo dos termos das alternativas.
- (A) Tomar.
  - (B) Ponderar.
  - (C) Adquirir.
  - (D) Perfilhar.
  - (E) Escolher.
10. O excerto “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.” pode ser reescrito, observando-se os recursos coesivos, da seguinte forma:
- (A) “[...] resulta também do processo de democratização das polícias, nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
  - (B) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.”.
  - (C) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias, as quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
  - (D) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias pelas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
  - (E) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias por quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.

11. Em “Exige-se que [...]”, é correto afirmar que o “se” é

- (A) partícula apassivadora.
- (B) índice de indeterminação do sujeito.
- (C) partícula expletiva.
- (D) indicador de sujeito acusativo.
- (E) partícula reflexiva.

12. Considerando as regras ortográficas vigentes e o vocabulário padrão de Língua Portuguesa, em relação aos termos destacados no seguinte excerto: “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).”, para corrigir a(s) inadequação(ões), assinale a alternativa correta.

- (A) bem-estar / pronto atendimento / pró-ativa.
- (B) bem estar / pronto-atendimento / proativa.
- (C) bem-estar / pronto-atendimento / próativa.
- (D) bem estar / pronto atendimento / pró ativa.
- (E) bem-estar / pronto-atendimento / pró-ativa.

13. No excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas [...]”, o “que”, considerando suas funções, pode ser classificado, respectivamente, como

- (A) pronome indefinido e preposição.
- (B) conjunção integrante e conjunção integrante.
- (C) conjunção consecutiva e conjunção aditiva.
- (D) conjunção integrante e pronome relativo.
- (E) conjunção integrante e pronome adjetivo.

14. Tendo em vista o sentido e o contexto no qual o seguinte excerto está inserido, assinale a alternativa que preenche corretamente suas lacunas.

“Isso \_\_\_\_\_ que as pessoas de uma determinada área \_\_\_\_\_ não só a participar dos/das \_\_\_\_\_ sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região.”.

- (A) aponta / principiaram / excussões
- (B) inclui / começaram / debates
- (C) assinala / começaram / reflexões
- (D) denota / encetaram / palestras
- (E) demonstra / principiaram / debates

15. Em “[...] atenda às necessidades da população [...]”, a presença das preposições é devida, respectivamente, por haver

- (A) regência verbal e regência nominal.
- (B) regência nominal e adjunto adnominal.
- (C) regência verbal e complemento nominal.
- (D) regência nominal e complemento verbal.
- (E) complemento verbal e regência nominal.

Utilize o Texto II para responder as questões de 16 a 23.



16. O sinal de aspas, utilizado no texto do terceiro quadrinho, serve para indicar
- (A) ênfase.
  - (B) discurso direto.
  - (C) discurso indireto.
  - (D) discurso indireto livre.
  - (E) discurso direto livre.
17. Tendo em vista o contexto do primeiro quadrinho, assinale a alternativa que melhor se adequa, em relação ao tempo verbal do termo destacado, em "Com certeza dizem qualquer coisa [...]".
- (A) Diriam.
  - (B) Dirão.
  - (C) Disseram.
  - (D) Dissessem.
  - (E) Diziam.
18. Em "O que me surpreende é que haja vida neste planeta.", os termos em destaque funcionam, respectivamente, como
- (A) pronome indefinido e conjunção subordinativa.
  - (B) substantivo e partícula expletiva.
  - (C) pronome relativo e conjunção coordenativa.
  - (D) pronome demonstrativo e pronome relativo.
  - (E) pronome pessoal e partícula expletiva.
19. As expressões "com certeza" e "intensamente", visto o contexto em que se encontram, classificam-se, respectivamente, como
- (A) advérbio de modo e advérbio de modo.
  - (B) advérbio de modo e advérbio de intensidade.
  - (C) locução adverbial de modo e advérbio de intensidade.
  - (D) Locução adverbial de afirmação e advérbio de modo.
  - (E) Locução adverbial de intensidade e advérbio de intensidade.
20. No excerto do primeiro quadrinho, há duas frases exclamativas em que, dado o contexto, ambas indicam
- (A) entusiasmo.
  - (B) espanto.
  - (C) susto.
  - (D) raiva.
  - (E) admiração.

21. Em “Não te surpreende que [...]”, é correto afirmar que a colocação do pronome antes do verbo é
- (A) obrigatória devido ao advérbio de negação.  
 (B) obrigatória devido ao fato de estar em posição inicial na oração.  
 (C) obrigatória, pois acompanha um verbo nocional.  
 (D) facultativa, pois há conjunção após o verbo.  
 (E) facultativa, uma vez que não há fator de próclise.
22. Assinale a alternativa correta considerando a função da linguagem em “Não te surpreendes que haja vida noutros planetas?”.
- (A) Emotiva  
 (B) Poética.  
 (C) Fática.  
 (D) Metalinguística.  
 (E) Conativa.
23. Em “Genebra não chega a acordo [...]”, o termo em destaque é exigido pela regência do verbo e pode variar, conforme o sentido pretendido, como em “chegar de”, por exemplo. Assinale a alternativa que melhor exprime o sentido presente na expressão “chega a acordo”, presente no texto.
- (A) Destino.  
 (B) Movimento.  
 (C) Locomoção.  
 (D) Obtenção.  
 (E) Deslocamento.

Utilize o texto III para responder as questões de 24 a 30.



24. No excerto “[...] o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem alterar o sentido principal, por
- (A) pelo que.  
 (B) porque.  
 (C) por que.  
 (D) que.  
 (E) por quê.

25. No excerto “Este é o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, o termo em destaque realiza uma
- (A) anáfora, retomando todo o conteúdo do quadrinho anterior.
  - (B) anáfora, retomando parte do conteúdo posterior - “toda vez que [...]”.
  - (C) catáfora, retomando parte do conteúdo do quadrinho anterior - “[...] os eventos têm [...]”.
  - (D) catáfora, antecipando o conteúdo do último quadrinho.
  - (E) catáfora, antecipando o conteúdo presente no mesmo quadrinho - “toda vez que [...]”.
26. Em “Nós não sabemos o que faz [...]” e em “[...] para convenceremos a nós mesmos [...]”, o pronome “nós” funciona, respectivamente, como
- (A) sujeito e objeto direto.
  - (B) sujeito e objeto indireto.
  - (C) sujeito e objeto direto preposicionado.
  - (D) sujeito e sujeito.
  - (E) sujeito e sujeito preposicionado.
27. Considerando o contexto das expressões “sempre” e “toda vez”, é correto afirmar que elas transmitem, respectivamente, a ideia de
- (A) constância e continuidade.
  - (B) frequência e repetição.
  - (C) continuidade e constância.
  - (D) repetição e constância.
  - (E) perpetuidade e continuidade.
28. Considerando o processo de formação de palavras, assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam processo de derivação prefixal.
- (A) Revisionista, preconceito.
  - (B) Reinterpretados, realmente.
  - (C) Preconceito, realmente.
  - (D) Realmente, revisionista.
  - (E) Reinterpretados, preconceito.
29. Em relação à classe de palavras, assinale a alternativa em que a ausência do acento no vocábulo faça com que ocorra uma mudança de classe de palavra nos dois termos.
- (A) Nós, têm.
  - (B) Têm, é.
  - (C) Nós, está.
  - (D) É, nós.
  - (E) Está, é.

30. Em “Uma auto-biografia reviscionista”, o termo em destaque é um
- (A) adjetivo de dois gêneros.
  - (B) adjetivo masculino flexionado para o feminino.
  - (C) adjetivo feminino.
  - (D) substantivo funcionando como adjetivo.
  - (E) substantivo de dois gêneros.

### Raciocínio Lógico e Matemático

31. Assinale a alternativa que apresenta a negação da seguinte afirmação: “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime estará solucionado.”.
- (A) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.
  - (B) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas ou o crime não foi solucionado.”.
  - (C) “O DNA encontrado não é compatível e as digitais não são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”.
  - (D) “Se o DNA encontrado não for compatível e se as digitais não forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.
  - (E) “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”.
32. Em uma cena de crime, encontram-se digitais e DNA de várias pessoas, porém nem sempre são encontrados as digitais e o DNA do culpado. Considere verdade que: “Se a digital do culpado estiver na cena do crime, então o DNA não estará.”. Essa afirmação é equivalente a
- (A) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado não estará.”.
  - (B) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o DNA estará.”.
  - (C) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o não DNA estará.”.
  - (D) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.
  - (E) “Se o DNA não estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”.

- 33. Qual das seguintes alternativas apresenta a contraditória da afirmação: “Todo condenado é culpado.”?**
- (A) “Todo condenado não é culpado.”.  
(B) “Algum culpado é condenado.”.  
(C) “Algum condenado não é culpado.”.  
(D) “Algum condenado é culpado.”.  
(E) “Todo culpado é condenado.”.
- 34. André, Bernardo, Caíque, Durval e Estevan são amigos de infância. Certo dia, eles se encontraram pra conversar e disseram:**
- André: Eu sou mais baixo do que o Caíque, mas sou maior do que o Durval!
  - Estevan: Só um de vocês é maior do que eu!
  - Durval: Só sei de uma coisa: eu não sou o mais baixinho!
- Sabendo que todas essas afirmações são verdadeiras e que esses amigos fizeram uma fila, do menor para o maior, segundo suas alturas, que eram distintas, é correto afirmar que**
- (A) Estevan é o terceiro da fila.  
(B) Bernardo é o primeiro da fila.  
(C) Bernardo é o último da fila.  
(D) André tem três pessoas à sua frente.  
(E) Caíque é o quarto da fila.
- 35. Aldo possui animais de 3 espécies diferentes: 3 cachorros, 3 gatos e 8 coelhos. O peso dos animais da mesma espécie é igual. Sabendo que o peso de 1 cachorro é igual ao peso de 2 gatos e que o peso de 3 gatos é igual ao peso de 4 coelhos, utilizando como base os animais citados, é correto afirmar que**
- (A) um gato pesa mais do que um cachorro.  
(B) um coelho pesa mais do que um gato.  
(C) o peso de um cachorro equivale ao peso de seis coelhos.  
(D) o peso de dois cachorros é menor do que o peso de quatro coelhos.  
(E) o peso de três cachorros é igual ao peso de oito coelhos.
- 36. João e Adilson estão em uma reunião com todos os outros supervisores da empresa em que trabalham. Eles estão sentados juntos a uma mesa retangular, cada um (João e Adilson) em uma ponta.**

Entre eles, de um lado, há três pessoas e, do outro, duas pessoas. Um garçom coloca, aleatoriamente, 7 pratos na mesa, um na frente de cada lugar. Em um desses pratos, está colado um envelope com a quantia de R\$ 1.000,00. Qual é a probabilidade de João ou Adilson receberem o prato com o envelope?

- (A) 1 / 14  
(B) 1 / 7  
(C) 2 / 7  
(D) 3 / 14  
(E) 4 / 7

- 37. Considere como sendo verdadeira a afirmação: “Se Wedson é perito criminal, ele é médico.”. Considere, também, como falsa a afirmação: “Wedson é médico e perito criminal.”. Qual das seguintes alternativas apresenta necessariamente uma verdade?**

- (A) “Wedson não é médico.”.  
(B) “Wedson não é perito criminal.”.  
(C) “Wedson é médico.”.  
(D) “Wedson é perito criminal.”.  
(E) “Wedson não é médico e nem perito criminal.”.

- 38. Considere a seguinte proposição: “Neste concurso, Pedro será aprovado ou não será aprovado.”. Analisando segundo a lógica, essa afirmação é um exemplo claro de**

- (A) contradição.  
(B) equivalência.  
(C) redundância.  
(D) repetição.  
(E) tautologia.

- 39. Considere a afirmação: “Sou Médico e Perito Criminal.” e assinale a alternativa que apresenta a negação dessa afirmação.**

- (A) “Sou Médico ou sou Perito Criminal.”.  
(B) “Sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.  
(C) “Não sou Médico e não sou Perito Criminal.”.  
(D) “Não sou Médico ou não sou Perito Criminal.”.  
(E) “Não sou Médico e sou Perito Criminal.”.

**40. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação semelhante à seguinte: “Se eu estivesse atento, teria solucionado o crime.”.**

- (A) “Estava atento e solucionei o crime.”.
- (B) “Se eu solucionei o crime, então estava atento.”.
- (C) “Se eu não estava atento, então não solucionei o crime.”.
- (D) “Não estava atento e não solucionei o crime.”.
- (E) “Se eu não solucionei o crime, então eu não estava atento.”.

**Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações**

**41. A respeito dos atos de promoção e readaptação, assinale a alternativa correta.**

- (A) Promoção é a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à categoria imediatamente superior àquela a que pertence e ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (B) A promoção para Delegado de Polícia da Categoria Especial dar-se-á exclusivamente pelo critério de antiguidade.
- (C) A readaptação somente poderá ocorrer “ex-offício”. Em nenhuma hipótese, ocorrerá a pedido do interessado.
- (D) A reincidência inespecífica em três transgressões disciplinares não é causa para readaptação.
- (E) Durante o processo de readaptação, o funcionário policial permanecerá no desempenho de suas funções.

**42. Assinale a alternativa correta referente aos atos de aproveitamento e reversão e ao quadro suplementar.**

- (A) Aproveitamento é o retorno à atividade do funcionário policial aposentado quando forem insubsistentes os motivos que o levaram a aposentar-se.
- (B) Reversão é o reingresso do funcionário policial que se encontrava em disponibilidade.
- (C) De regra, o tempo de serviço do servidor policial civil no quadro suplementar não será computado para efeito de promoção.
- (D) O funcionário policial em cumprimento de pena privativa de liberdade não será colocado no Quadro Suplementar.

- (E) O funcionário policial investido em mandato eletivo não será colocado no Quadro Suplementar.

**43. No que tange à aposentadoria do funcionário policial, assinale a alternativa correta.**

- (A) A aposentadoria compulsória não é automática.
- (B) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 12 meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.
- (C) O tempo mínimo para aposentadoria voluntária do servidor policial civil, com proventos integrais, é de 35 anos para o homem e de 30 anos para mulheres.
- (D) O servidor policial civil será aposentado compulsoriamente aos 65 anos de idade.
- (E) Ao pessoal inativo, não é garantido o mesmo aumento dos vencimentos do pessoal em atividade.

**44. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, a respeito da formalização dos expedientes e da prescrição, assinale a alternativa correta.**

- (A) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em dois anos quanto às faltas sujeitas a penas de advertência e suspensão.
- (B) É assegurado ao funcionário policial o direito de requerer e o de representar.
- (C) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em um ano quanto ao direito à readmissão.
- (D) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
- (E) Prescreve em 180 dias o direito de pleitear na esfera administrativa o pagamento de vantagens pecuniárias devidas pela Fazenda Pública.

**45. No que se refere aos cargos e à função policial civil, é correto afirmar que**

- (A) a função policial é, em qualquer hipótese, incompatível com qualquer outra atividade.
- (B) os cargos policiais civis são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- (C) as funções gratificadas serão providas mediante ato de nomeação.
- (D) são atos de provimento efetivo de cargos a nomeação, a promoção, o aproveitamento, dentre outros.
- (E) os cargos em comissão serão providos mediante ato de designação.

**46. Em relação ao curso de formação profissional para cargo policial civil e o ato de nomeação, assinale a alternativa correta.**

- (A) O curso de formação profissional possui caráter eliminatório, complementar e indispensável ao exercício profissional e será realizado logo após a nomeação.
- (B) Os candidatos inscritos no curso de formação profissional não perceberão qualquer auxílio financeiro.
- (C) Terá a matrícula cancelada o policial aluno que for reprovado em qualquer disciplina do curso.
- (D) O funcionário policial nomeado para o cargo efetivo ficará sujeito ao período de 1 ano de estágio experimental.
- (E) Durante o período de estágio experimental, será permitido ao servidor público civil se afastar do cargo somente nos casos previstos em lei.

**47. A posse é o ato de investidura em cargo policial civil. A respeito da posse, é correto afirmar que**

- (A) a formalização do compromisso policial somente será prestada pelo funcionário na posse referente ao primeiro ingresso. Nas demais, não será necessária.
- (B) não é necessário estar em gozo dos direitos políticos para tomar posse no cargo de policial civil.
- (C) não é admitida a posse por meio de procuração, em nenhuma hipótese.
- (D) não será necessário figurar no termo de posse os bens e valores que constituem o patrimônio do funcionário policial, embora devam ser declarados.
- (E) também haverá posse nos casos de promoção, acesso e readaptação.

**48. Dentre as seguintes alternativas, os afastamentos do funcionário policial, mediante prévia autorização do Governador do Estado, só serão permitidos para**

- (A) frequentar curso especializado, mesmo que não se relacione às atribuições do cargo efetivo de que seja titular.
- (B) estudo ou missão, independente de interesse específico do serviço.
- (C) viagens de até seis meses para realização de pesquisas científicas, mesmo que não relacionadas a sua função.
- (D) participar de congresso e outros certames, mesmo que tratem de matéria não pertinente a sua função.
- (E) o exercício das atribuições inerentes ao seu cargo efetivo em outra unidade administrativa estadual.

**49. Assinale a alternativa que trata corretamente da vacância e do ato de exoneração.**

- (A) A exoneração do funcionário policial somente pode ocorrer "ex-offício".
- (B) São casos de vacância, dentre outros, a demissão, a exoneração e a promoção.
- (C) Na exoneração, há o afastamento do cargo, mas não a cessação do vínculo que liga o funcionário policial ao Estado.
- (D) A exoneração "ex-offício" não poderá ocorrer quando o funcionário tomar posse em outro cargo público.
- (E) A vacância de função gratificada não poderá decorrer de destituição.

**50. A respeito das gratificações previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que**

- (A) A gratificação de representação será devida ao funcionário policial, para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo, que o incompatibilizam com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- (B) A gratificação do magistério policial será devida ao funcionário policial que for designado para participar como professor de cursos da Escola de Polícia Civil e será arbitrada por ato do Chefe do poder Executivo, que regulamentará a sua concessão.
- (C) A gratificação de função policial civil será concedida ao funcionário policial pelo desempenho de atribuições, tarefas ou

encargos em circunstâncias consideradas potencialmente perigosas à sua integridade física, com possibilidades de dano à vida ou à saúde.

- (D) Agratificação de risco de vida será concedida ao funcionário policial que se ausentar do Estado, na hipótese prevista nesse estatuto, e será arbitrada pelo Governador, mediante proposta fundamentada do Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (E) A gratificação por estudo ou missão de interesse do serviço destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à representatividade de ocupantes de cargo de destaque da instituição policial civil.

**51. O funcionário policial será licenciado, EXCETO**

- (A) para tratamento de sua própria saúde.
- (B) para serviço militar obrigatório.
- (C) para estudos no exterior.
- (D) para trato de interesses particulares.
- (E) por motivo de afastamento do cônjuge.

**52. A função policial, pelas suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. A respeito da hierarquia e do regime disciplinar do policial civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados tanto no desempenho do cargo ou função como fora deles.
- (B) Não é considerada falta de natureza grave o fato de o superior hierárquico dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.
- (C) Não é considerado transgressão disciplinar frequentar, fora do serviço, lugar incompatível com o decore da função policial.
- (D) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde penal e administrativamente, mas não civilmente.
- (E) A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.

**53. Constituem transgressões disciplinares do funcionário policial, EXCETO**

- (A) faltar com a verdade no exercício de suas funções.
- (B) fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço.
- (C) praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial.
- (D) portar sua credencial oficial, mesmo não estando em serviço.
- (E) omitir ou declarar falsamente conceito sobre funcionário policial em regime de estágio experimental.

**54. Constitui transgressão disciplinar grave do funcionário policial**

- (A) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição.
- (B) deixar de assumir, no prazo legal, a função para a qual foi designado.
- (C) a falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- (D) permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente.
- (E) omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos ou negligenciar na sua guarda.

**55. A respeito das penas disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A transgressão ter sido cometida no interesse do serviço não é causa que a justifica.
- (B) Ter uma mínima cooperação do funcionário no cometimento da infração não é uma circunstância atenuante da pena.
- (C) Ter o funcionário confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro, é circunstância que agrava a pena.
- (D) Para aplicação de qualquer pena disciplinar, será considerada a repercussão do fato, dentre outros.
- (E) A cassação de aposentadoria ou de indisponibilidade não constitui uma pena disciplinar cabível.

**56. Dentre outros casos, para imposição das penas disciplinares aos funcionários policiais infratores, é competente o**

- (A) Secretário de Estado da Segurança Pública, em qualquer caso.
- (B) Governador do Estado, na aplicação das penas de suspensão superior a 60 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Conselho de Polícia Civil, em qualquer caso.
- (D) Delegado Chefe da Polícia Civil, nos casos de pena de advertência.
- (E) Delegado de Polícia, na aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função.

**57. A respeito da Ação Disciplinar, assinale a alternativa correta.**

- (A) A autoridade que tiver ciência de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, cometida por servidor policial civil, poderá ou não dar início a sua apuração, em caso de subordinado seu.
- (B) O processo administrativo disciplinar não poderá ser instaurado com base na apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares que o precederam.
- (C) Recebido o relatório de apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, o Delegado Chefe da Polícia Civil não poderá aplicar a penalidade cabível, devendo remeter o relatório à autoridade competente.
- (D) Da apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, será dada ciência ao Delegado chefe da Polícia Civil, através de relatório que não necessariamente conterá a forma pela qual se teve conhecimento dos fatos.
- (E) A apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares será feita através de investigação sumária.

**58. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Processo Disciplinar será promovido por um funcionário policial de nível hierárquico igual ou superior ao do indiciado.
- (B) Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, quando solicitado por quem promove o Processo Disciplinar.

- (C) No Processo disciplinar, é vedada, em qualquer hipótese, a citação do indiciado por edital.
- (D) Em sua defesa no Processo Disciplinar, o indiciado poderá produzir provas, exceto prova testemunhal.
- (E) No Processo Disciplinar, o indiciado não poderá constituir defensor.

**59. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Da decisão proferida em processo disciplinar, não caberá recurso na esfera administrativa.
- (B) Em nenhuma hipótese, caberá revisão de processo administrativo disciplinar.
- (C) Índícios veementes constituem prova no processo administrativo disciplinar.
- (D) O processo disciplinar será sobrestado para aguardar a decisão de ação penal.
- (E) Se for o caso, a abertura de inquérito policial deverá, em qualquer hipótese, aguardar a conclusão do processo disciplinar.

**60. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) É admitido o provimento de cargo policial civil por ato de readmissão.
- (B) Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola de Polícia Civil não possuem caráter obrigatório.
- (C) Independentemente de autorização, a autoridade policial, seus agentes e auxiliares poderão residir fora do município da unidade policial a que prestam serviço.
- (D) O provimento de funções gratificadas com atribuições de natureza policial não é privativo do ocupante de cargo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.
- (E) É vedado ao funcionário policial trabalhar sob ordens de cônjuge ou parente até o segundo grau civil, salvo quando não houver na localidade outra unidade policial.

## Noções de Direito Administrativo

**61. Sobre o Controle Legislativo, é correto afirmar que**

- (A) possui seu fundamento de maneira eminentemente constitucional.
- (B) é aquele que espelha o desejo daqueles que o executam levando em consideração a prerrogativa de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios financeiros.
- (C) é aquele que examina a legalidade dos atos e leis de maneira distanciada dos interesses políticos.
- (D) o Poder Legislativo incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder onde esteja sendo desempenhada.
- (E) assegura o seu controle em um julgamento em que o único fator de motivação é a lei ou a Constituição, justamente por ser o legislativo um Poder equidistante do interesse das pessoas públicas e privadas.

**62. Qual princípio, dentro do Direito Administrativo, possui ligação com o seguinte conceito: “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade”?**

- (A) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (D) Princípio da Segurança Jurídica.
- (E) Princípio da Indisponibilidade.

**63. A Hierarquia, na Administração Pública, pressupõe uma organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Qual relação jurídica corresponde à hierarquia na Administração Pública?**

- (A) Vinculação e Disciplina.
- (B) Eficiência e Subordinação.
- (C) Subordinação e Disciplina.
- (D) Vinculação e Subordinação.
- (E) Eficiência e Disciplina.

**64. Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?**

- (A) Promoção, exoneração e demissão.
- (B) Reversão, transferência e exoneração.
- (C) Exoneração, demissão e reversão.
- (D) Transferência, exoneração e falecimento.
- (E) Ascensão, aposentadoria e readaptação.

**65. Em relação aos cargos públicos, é correto afirmar que**

- (A) os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e, inclusive, aos estrangeiros.
- (B) os cargos públicos ofertados pela Administração Pública para preenchimento de vagas dentro do Poder Executivo serão criados através de decretos.
- (C) o cargo efetivo pode ser conquistado através de livre nomeação.
- (D) o Empregado Público pode ocupar cargo efetivo dentro da Administração Pública.
- (E) aquele que ocupa cargo público será obrigatoriamente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

**66. Quando o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica, a forma de provimento será a**

- (A) recondução.
- (B) readaptação.
- (C) promoção.
- (D) reversão.
- (E) transferência.

**67. De acordo com a teoria dos atos administrativos, qual é a diferença entre Decreto e Regulamento?**

- (A) Os decretos têm força jurídica própria, ou seja, vigoram por si mesmos como atos independentes, ao passo que os regulamentos são atos dependentes e, por isso, não têm força própria que os impulsiona para a vigência.
- (B) Os regulamentos se projetam como atos normativos. Já os decretos, ao contrário, não podem ser normativos, como é o caso dos decretos de execução.
- (C) Os regulamentos são caracterizados como atos independentes e podem ser classificados como regulamentares ou autônomos. Já os decretos, serão considerados atos dependentes quando utilizados para a complementação e detalhamento das leis.
- (D) Decretos são atos que possuem natureza autônoma e normalmente representam a vontade de um órgão colegiado, caracterizando-se como atos simples coletivos. Os regulamentos, de natureza independente, pressupõem a representação da vontade de uma só pessoa, seja ela um Ministro ou Secretário de Estado.
- (E) Dentre outras possibilidades, os decretos servirão para que a Administração organize suas atividades e seus órgãos. Os Regulamentos, por outro lado, possuem como destinatário apenas as pessoas da sociedade.

**68. Referente aos poderes e deveres dos agentes públicos, bem como a sua utilização, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) De acordo com a doutrina majoritária, no poder, a ilegalidade atua como gênero do qual o abuso de poder é espécie.
- (B) O comportamento abusivo de autoridades públicas pode ser eficazmente combatido pelo instrumento do controle, seja qual for o Poder estatal em que seja exercido.
- (C) A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898/1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva.

- (D) Nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva; mas todo abuso se reveste de ilegalidade.
- (E) No âmbito do direito público, os poderes administrativos são outorgados aos agentes do Poder Público e lhes permitem atuação voltada aos interesses da coletividade. Desse modo, as prerrogativas públicas constituem poderes para o agente público, como o poder de expressar inércia perante a execução de algum ato administrativo.

**69. De acordo com as prerrogativas atribuídas aos agentes públicos, conceder-se-á licença**

- (A) quando o servidor desejar acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, desde que a Administração Pública aceite e seja por tempo determinado.
- (B) por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro for acometido por doença que necessite de assistência direta e indispensável do servidor.
- (C) por até 80 dias consecutivos à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 2 anos de idade.
- (D) quando, a critério da administração, aquele que ocupar função pública e que não esteja em estágio probatório necessitar tratar de interesses particulares.
- (E) na proporção de três meses, para cada cinco anos trabalhados.

**70. Os serviços que possibilitam à Administração Pública, através de seu prestador, auferir lucros diante de sua execução são considerados**

- (A) Serviços Coletivos.
- (B) Serviços Econômicos.
- (C) Serviços de Utilidade Pública.
- (D) Serviços Singulares.
- (E) Serviços Sociais.

**71. Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.
- (B) O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.
- (C) Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.
- (D) O texto constitucional brasileiro expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal.
- (E) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

**72. Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,**

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- (D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

**73. Segundo a Constituição Federal, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado(a)**

- (A) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.
- (B) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em todos os casos, para a do desporto de alto rendimento.
- (C) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional.
- (D) a proteção e o incentivo, preferencialmente, às manifestações desportivas de criação estrangeiras.
- (E) a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

**74. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.
- (B) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.
- (E) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

**75. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa correta.**

- (A) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- (B) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- (C) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

**76. Segundo as determinações constitucionais, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de**

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.
- (D) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.

(E) atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**77. No que tange às disposições acerca da ciência, tecnologia e inovação previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Estado estimulará a articulação entre os entes públicos, nas diversas esferas de governo, visando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, excluindo a interação com entes privados.
- (B) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que terá suas normas gerais previstas em lei estadual.
- (C) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.
- (D) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (E) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento não prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

**78. Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre**

- (A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.

- (D) trânsito e transporte.
- (E) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

**79. Segundo as disposições constitucionais acerca dos Municípios, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de**

- (A) 9 Vereadores, nos Municípios de até 20.000 habitantes.
- (B) 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.
- (C) 13 Vereadores, nos Municípios de mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.
- (D) 15 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 habitantes e de até 100.000 habitantes.
- (E) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 100.000 habitantes e de até 120.000 habitantes; e assim sucessivamente.

**80. No que tange à remuneração, ao regime jurídico e à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, facultado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, baseada exclusivamente nos servidores ativos, desde que observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável,

reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- (E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**81. Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- (C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**82. Compete privativamente ao Presidente da República**

- (A) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (B) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.
- (C) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- (D) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.
- (E) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.

**83. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe**

- (A) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (B) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (C) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (D) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (E) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

**84. Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

**85. O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelo(s) seguinte(s) princípio(s):**

- (A) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.
- (B) alternância progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- (C) cooperação entre os entes federados, os agentes públicos, excluindo os agentes privados atuantes na área cultural.
- (D) interdependência compulsória dos entes federados e das instituições da sociedade civil.
- (E) centralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

**86. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares. O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que**

- (A) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (B) os municípios com mais de trezentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (C) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e pelos Estados Federados e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.
- (D) incumbe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.
- (E) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única.

**87. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):**

- (A) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.
- (B) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por

profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

- (C) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- (D) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- (E) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

**88. No que tange às disposições constitucionais acerca dos índios, assinale a alternativa correta.**

- (A) São reconhecidos aos índios: sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo privativamente aos Estados federados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório pelo prazo mínimo de 10 anos, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (C) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Senado Federal, dispensada a oitiva das comunidades afetadas, na forma da lei.
- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- (E) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em algumas hipóteses previstas em lei, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**89. Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

- (A) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.
- (E) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**90. A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:**

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
- (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

**91. As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de**

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Advogado-Geral da União.

**92. Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- (B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
- (C) São elegíveis os inalistáveis.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

**93. Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.**

- (A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- (B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.
- (D) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

- (E) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

**94. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.**

- (A) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.  
(B) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.  
(C) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.  
(D) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.  
(E) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

**95. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.  
(B) No direito constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, porém, o art. 49, V, da Constituição prevê uma exceção à regra, pois prevê que compete ao Presidente sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.  
(C) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle preventivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.  
(D) No Brasil, a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade existe desde a primeira Constituição republicana de 1934.  
(E) A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal.

**96. Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.  
(B) A legitimação do Ministério Público para as ações civis impede a legitimidade de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.  
(C) Aos Membros do Ministério Público, é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.  
(D) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.  
(E) A autorização pela maioria simples do Senado Federal deverá preceder a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

**97. Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.  
(B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.  
(C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.  
(D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.  
(E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**98. Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é correto afirmar que**

- (A) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- (B) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- (C) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.
- (D) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- (E) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

**99. A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de**

- (A) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.
- (B) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.
- (C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.
- (D) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.
- (E) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

**100. A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.
- (B) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
- (C) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.
- (D) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.
- (E) Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

.....  
**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.  
.....





GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
EDITAL Nº 001/2018 - PCES  
NÍVEL MÉDIO

**AUXILIAR PERÍCIA MÉDICO-LEGAL**

Nome do Candidato \_\_\_\_\_

Inscrição \_\_\_\_\_

**Composição do Caderno**

Língua Portuguesa	01 a 30
Raciocínio Lógico e Matemático	31 a 40
Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações	41 a 60
Noções de Direito Administrativo	61 a 70
Noções de Direito Constitucional	71 a 100

**MANHÃ**

**PROVA**

**04**

LEMBRE-SE DE MARCAR O NÚMERO  
CORRESPONDENTE À SUA PROVA NA  
FOLHA DE RESPOSTAS!

**Instruções**

1. Confira seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição na Folha de Respostas. Além disso, não se esqueça de conferir seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração. Preencha os campos destinados à assinatura e ao número de inscrição. Qualquer divergência, comunique ao fiscal.
2. O único documento válido para avaliação é a Folha de Respostas. Só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de cor azul ou preta para o preenchimento da Folha de Respostas, que deve ser preenchida da seguinte maneira: ●
3. O prazo de realização da prova é de 5 (cinco) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas. Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, o candidato estará liberado para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, não podendo, no entanto, levar o caderno de questões e nenhum tipo de anotação de suas respostas.
4. Ao término de sua prova, comunique ao fiscal, devolvendo-lhe a Folha de Respostas devidamente preenchida e assinada. O candidato poderá levar consigo o Caderno de Questões somente se aguardar em sala até o término do prazo de realização da prova estabelecido em edital.
5. Os 3 (três) últimos candidatos só poderão retirar-se da sala juntos, após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.
6. As provas e os gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do Instituto AOCP - [www.institutoaocp.org.br](http://www.institutoaocp.org.br), no dia posterior à aplicação da prova.
7. O NÃO cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, no presente Caderno ou na Folha de Respostas incorrerá na eliminação do candidato.

## ATENÇÃO!

NÃO SE ESQUEÇA de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

### Língua Portuguesa

Utilize o Texto I para responder as questões de 1 a 15.

#### Policiamento comunitário

A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento. Uma delas é o policiamento comunitário, um tipo de policiamento que se expandiu durante as décadas de 1970 e 1980 quando as polícias de vários países introduziram uma série de inovações em suas estruturas e estratégias para lidar com o problema da criminalidade.

Apesar de essas experiências terem diferentes características, todas tiveram um aspecto comum: a introdução ou o fortalecimento da participação da comunidade nas questões de segurança.

Isso significa que as pessoas de uma determinada área passaram não só a participar das discussões sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região. Essas mudanças tiveram como objetivo melhorar as respostas dadas aos problemas de segurança pública, tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.

É interessante notar que a Constituição brasileira ratifica esse tipo de policiamento ao estabelecer, em seu artigo 114, que a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.

Essa nova forma de “fazer a segurança pública” é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime. Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).

Os cidadãos, por sua vez, têm o direito e a responsabilidade de participar no modo como esse policiamento é realizado

SÃO PAULO. Manual de Policiamento Comunitário: Polícia e Comunidade na Construção da Segurança [recurso eletrônico] / Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV/USP). – Dados eletrônicos. - 2009.

Disponível em <https://jundiai.sp.gov.br/administracao-e-gestao-de-pessoas/wp-content/uploads/sites/16/2016/02/Manual-Policiamento-Comunitario-SENASP-MJ.pdf> > Acesso em 12 fev. 2019.

1. Tendo em vista o sentido e o contexto no qual o seguinte excerto está inserido, assinale a alternativa que preenche corretamente suas lacunas.

“Isso \_\_\_\_\_ que as pessoas de uma determinada área \_\_\_\_\_ não só a participar dos/das \_\_\_\_\_ sobre segurança e ajudar a estabelecer prioridades e estratégias de ação como também a compartilhar com a polícia a responsabilidade pela segurança da sua região.”.

- (A) aponta / principiaram / excussões
- (B) inclui / começaram / debates
- (C) assinala / começaram / reflexões
- (D) denota / encetaram / palestras
- (E) demonstra / principiaram / debates

2. Em “[...] atenda às necessidades da população [...]”, a presença das preposições é devida, respectivamente, por haver

- (A) regência verbal e regência nominal.
- (B) regência nominal e adjunto adnominal.
- (C) regência verbal e complemento nominal.
- (D) regência nominal e complemento verbal.
- (E) complemento verbal e regência nominal.

3. De acordo com o Texto I, compreende-se que o “policiamento comunitário”

- (A) é dever de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado e da Polícia.
- (B) é de responsabilidade de todos e constitui-se em uma ação conjunta do Estado, Polícia e sociedade.
- (C) é responsabilidade da Polícia e dever do Estado, os quais trabalham em conjunto em prol da segurança pública.

- (D) é uma ação conjunta de policiamento, na qual cidadãos e policiais realizam ações reativas e preventivas.
- (E) é uma organização e estruturação estadual que objetiva unir população, Polícia e Estado.
- 4. Em “Apesar de essas experiências terem diferentes características [...]”, o termo em destaque, sintaticamente, funciona como**
- (A) complemento nominal.  
(B) adjunto adnominal.  
(C) sujeito não preposicionado.  
(D) adjunto adverbial.  
(E) sujeito preposicionado.
- 5. Considere o excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta [...]”. O termo em destaque possui como referente**
- (A) nova forma de “fazer política”.  
(B) constituição brasileira.  
(C) comunidade.  
(D) polícia.  
(E) segurança pública.
- 6. No excerto “[...] a segurança pública não é apenas dever do Estado e direito dos cidadãos, mas responsabilidade de todos.”, o termo em destaque indica uma relação de**
- (A) oposição.  
(B) sequencialidade.  
(C) conformidade.  
(D) adição.  
(E) contradição.
- 7. Tendo em vista a tipologia e a formulação textual, é correto afirmar que o Texto I é, predominantemente,**
- (A) dissertativo.  
(B) injuntivo.  
(C) narrativo.  
(D) expositivo.  
(E) argumentativo.
- 8. Assinale a alternativa que apresenta corretamente alguns conceitos veiculados no Texto I.**
- (A) O surgimento da Polícia Comunitária e os direitos e deveres dos policiais e cidadãos envolvidos.  
(B) A evolução do policiamento comunitário e a forma como a Constituição brasileira regulariza as ações dos policiais comunitários e dos cidadãos.  
(C) O envolvimento das polícias e da sociedade no combate ao crime por meio da troca de informações e funções.  
(D) O agir policial na sociedade, assim como os direitos e deveres dos cidadãos, dos policiais e do Estado.  
(E) A ampliação da atuação da Polícia Comunitária e suas funções e o papel dos cidadãos nesse contexto.
- 9. No excerto “[...] tornando tanto a polícia mais eficaz e reconhecida como também a população mais ativa e participativa nesse processo.”, a expressão em destaque indica uma relação de**
- (A) adição entre dois sintagmas nominais coordenados.  
(B) adição entre duas orações coordenadas.  
(C) comparação entre dois sintagmas nominais coordenados.  
(D) comparação entre duas orações coordenadas.  
(E) comparação entre uma oração subordinada e sua oração principal.
- 10. O segundo parágrafo do texto é formado por**
- (A) dois períodos compostos.  
(B) um período simples e dois compostos, respectivamente.  
(C) dois períodos simples.  
(D) um período composto e um simples, respectivamente.  
(E) um período composto por subordinação.
- 11. Assinale a alternativa que apresenta o sentido mais adequado para ‘adotar’, em “A polícia pode adotar diferentes formas de policiamento.”, considerando o sentido denotativo dos termos das alternativas.**
- (A) Tomar.  
(B) Ponderar.  
(C) Adquirir.  
(D) Perfilhar.  
(E) Escolher.

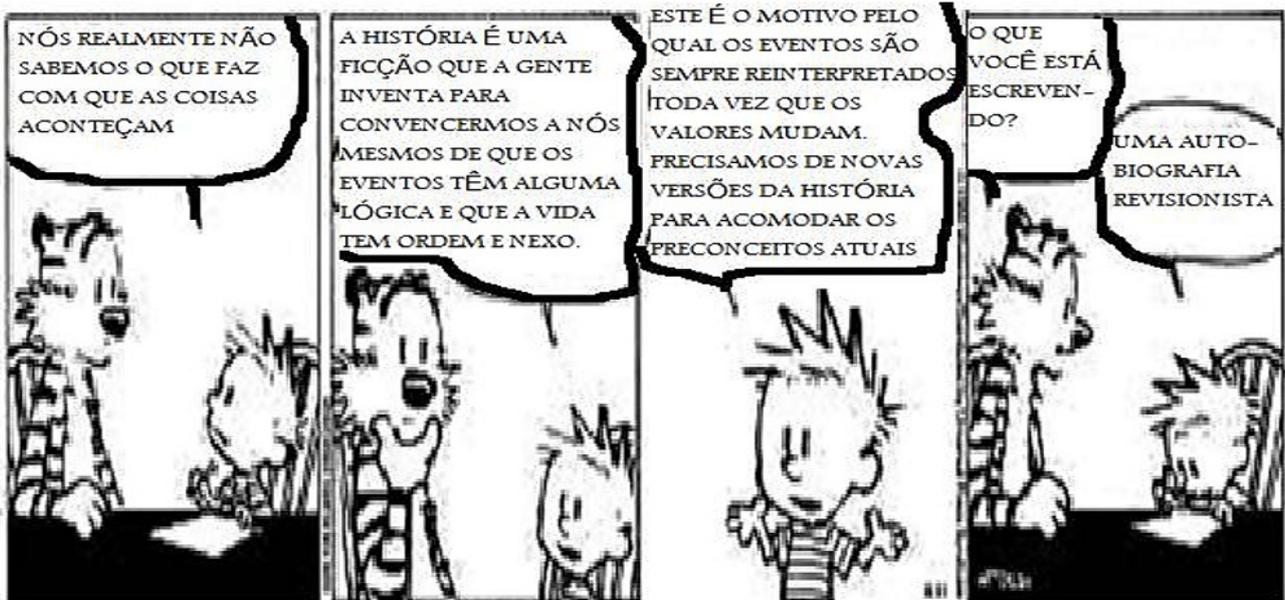
12. O excerto “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades democráticas, as polícias desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.” pode ser reescrito, observando-se os recursos coesivos, da seguinte forma:
- (A) “[...] resulta também do processo de democratização das polícias, nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (B) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias. Em sociedades nas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime.”.
- (C) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias, as quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (D) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias pelas quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”.
- (E) “[...] é também resultado do processo de democratização das polícias por quais desempenham várias outras funções além de lidar com o crime em sociedades democráticas.”
13. Em “Exige-se que [...]”, é correto afirmar que o “se” é
- (A) partícula apassivadora.
- (B) índice de indeterminação do sujeito.
- (C) partícula expletiva.
- (D) indicador de sujeito acusativo.
- (E) partícula reflexiva.
14. Considerando as regras ortográficas vigentes e o vocabulário padrão de Língua Portuguesa, em relação aos termos destacados no seguinte excerto: “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas e atenda às necessidades da população tanto de forma reativa (pronto-atendimento) como também pró-ativa (prevenção).”, para corrigir a(s) inadequação(ões), assinale a alternativa correta.
- (A) bem-estar / pronto atendimento / pró-ativa.
- (B) bem estar / pronto-atendimento / proativa.
- (C) bem-estar / pronto-atendimento / próativa.
- (D) bem estar / pronto atendimento / pró ativa.
- (E) bem-estar / pronto-atendimento / pró-ativa.
15. No excerto “Exige-se que ela esteja constantemente atenta aos problemas que interferem na segurança e bem-estar das pessoas [...]”, o “que”, considerando suas funções, pode ser classificado, respectivamente, como
- (A) pronome indefinido e preposição.
- (B) conjunção integrante e conjunção integrante.
- (C) conjunção consecutiva e conjunção aditiva.
- (D) conjunção integrante e pronome relativo.
- (E) conjunção integrante e pronome adjetivo.

Utilize o Texto II para responder as questões de 16 a 23.



- 16. Assinale a alternativa correta considerando a função da linguagem em “Não te surpreendes que haja vida noutros planetas?”.**
- (A) Emotiva  
(B) Poética.  
(C) Fática.  
(D) Metalinguística.  
(E) Conativa.
- 17. Em “Genebra não chega a acordo [...]”, o termo em destaque é exigido pela regência do verbo e pode variar, conforme o sentido pretendido, como em “chegar de”, por exemplo. Assinale a alternativa que melhor exprime o sentido presente na expressão “chega a acordo”, presente no texto.**
- (A) Destino.  
(B) Movimento.  
(C) Locomoção.  
(D) Obtenção.  
(E) Deslocamento.
- 18. O sinal de aspas, utilizado no texto do terceiro quadrinho, serve para indicar**
- (A) ênfase.  
(B) discurso direto.  
(C) discurso indireto.  
(D) discurso indireto livre.  
(E) discurso direto livre.
- 19. Tendo em vista o contexto do primeiro quadrinho, assinale a alternativa que melhor se adéqua, em relação ao tempo verbal do termo destacado, em “Com certeza dizem qualquer coisa [...]”.**
- (A) Diriam.  
(B) Dirão.  
(C) Disseram.  
(D) Dissessem.  
(E) Diziam.
- 20. Em “O que me surpreende é que haja vida neste planeta.”, os termos em destaque funcionam, respectivamente, como**
- (A) pronome indefinido e conjunção subordinativa.  
(B) substantivo e partícula expletiva.  
(C) pronome relativo e conjunção coordenativa.  
(D) pronome demonstrativo e pronome relativo.  
(E) pronome pessoal e partícula expletiva.
- 21. As expressões “com certeza” e “intensamente”, visto o contexto em que se encontram, classificam-se, respectivamente, como**
- (A) advérbio de modo e advérbio de modo.  
(B) advérbio de modo e advérbio de intensidade.  
(C) locução adverbial de modo e advérbio de intensidade.  
(D) Locução adverbial de afirmação e advérbio de modo.  
(E) Locução adverbial de intensidade e advérbio de intensidade.
- 22. No excerto do primeiro quadrinho, há duas frases exclamativas em que, dado o contexto, ambas indicam**
- (A) entusiasmo.  
(B) espanto.  
(C) susto.  
(D) raiva.  
(E) admiração.
- 23. Em “Não te surpreende que [...]”, é correto afirmar que a colocação do pronome antes do verbo é**
- (A) obrigatória devido ao advérbio de negação.  
(B) obrigatória devido ao fato de estar em posição inicial na oração.  
(C) obrigatória, pois acompanha um verbo nocional.  
(D) facultativa, pois há conjunção após o verbo.  
(E) facultativa, uma vez que não há fator de próclise.

Utilize o texto III para responder as questões de 24 a 30.



24. Em relação à classe de palavras, assinale a alternativa em que a ausência do acento no vocábulo faça com que ocorra uma mudança de classe de palavra nos dois termos.
- (A) Nós, têm.  
(B) Têm, é.  
(C) Nós, está.  
(D) É, nós.  
(E) Está, é.
25. Em “Uma auto-biografia revisonista”, o termo em destaque é um
- (A) adjetivo de dois gêneros.  
(B) adjetivo masculino flexionado para o feminino.  
(C) adjetivo feminino.  
(D) substantivo funcionando como adjetivo.  
(E) substantivo de dois gêneros.
26. No excerto “[...] o motivo pele qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, a expressão em destaque pode ser substituída, sem alterar o sentido principal, por
- (A) pelo que.  
(B) porque.  
(C) por que.  
(D) que.  
(E) por quê.
27. No excerto “Este é o motivo pelo qual os eventos são sempre reinterpretados [...]”, o termo em destaque realiza uma
- (A) anáfora, retomando todo o conteúdo do quadrinho anterior.  
(B) anáfora, retomando parte do conteúdo posterior - “toda vez que [...].”  
(C) catáfora, retomando parte do conteúdo do quadrinho anterior - “[...] os eventos têm [...].”  
(D) catáfora, antecipando o conteúdo do último quadrinho.  
(E) catáfora, antecipando o conteúdo presente no mesmo quadrinho - “toda vez que [...].”

**28. Em “Nós não sabemos o que faz [...]” e em “[...] para convenceremos a nós mesmos [...]”, o pronome “nós” funciona, respectivamente, como**

- (A) sujeito e objeto direto.
- (B) sujeito e objeto indireto.
- (C) sujeito e objeto direto preposicionado.
- (D) sujeito e sujeito.
- (E) sujeito e sujeito preposicionado.

**29. Considerando o contexto das expressões “sempre” e “toda vez”, é correto afirmar que elas transmitem, respectivamente, a ideia de**

- (A) constância e continuidade.
- (B) frequência e repetição.
- (C) continuidade e constância.
- (D) repetição e constância.
- (E) perpetuidade e continuidade.

**30. Considerando o processo de formação de palavras, assinale a alternativa em que todas as palavras apresentam processo de derivação prefixal.**

- (A) Revisionista, preconceito.
- (B) Reinterpretados, realmente.
- (C) Preconceito, realmente.
- (D) Realmente, revisionista.
- (E) Reinterpretados, preconceito.

### Raciocínio Lógico e Matemático

**31. Considere a afirmação: “Sou Médico e Perito Criminal.” e assinale a alternativa que apresenta a negação dessa afirmação.**

- (A) “Sou Médico ou sou Perito Criminal.”
- (B) “Sou Médico ou não sou Perito Criminal.”
- (C) “Não sou Médico e não sou Perito Criminal.”
- (D) “Não sou Médico ou não sou Perito Criminal.”
- (E) “Não sou Médico e sou Perito Criminal.”

**32. Assinale a alternativa que apresenta uma afirmação semelhante à seguinte: “Se eu estivesse atento, teria solucionado o crime.”**

- (A) “Estava atento e solucionei o crime.”
- (B) “Se eu solucionei o crime, então estava atento.”
- (C) “Se eu não estava atento, então não solucionei o crime.”

(D) “Não estava atento e não solucionei o crime.”

(E) “Se eu não solucionei o crime, então eu não estava atento.”

**33. Assinale a alternativa que apresenta a negação da seguinte afirmação: “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime estará solucionado.”**

(A) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”

(B) “O DNA encontrado é compatível e as digitais são as mesmas ou o crime não foi solucionado.”

(C) “O DNA encontrado não é compatível e as digitais não são as mesmas, e o crime não foi solucionado.”

(D) “Se o DNA encontrado não for compatível e se as digitais não forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”

(E) “Se o DNA encontrado for compatível e se as digitais forem as mesmas, o crime não estará solucionado.”

**34. Em uma cena de crime, encontram-se digitais e DNA de várias pessoas, porém nem sempre são encontrados as digitais e o DNA do culpado. Considere verdade que: “Se a digital do culpado estiver na cena do crime, então o DNA não estará.”. Essa afirmação é equivalente a**

(A) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado não estará.”

(B) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o DNA estará.”

(C) “Se a digital do culpado não estiver na cena do crime, então o não DNA estará.”

(D) “Se o DNA estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”

(E) “Se o DNA não estiver na cena do crime, então a digital do culpado estará.”

**35. Qual das seguintes alternativas apresenta a contraditória da afirmação: “Todo condenado é culpado.”?**

(A) “Todo condenado não é culpado.”

(B) “Algum culpado é condenado.”

(C) “Algum condenado não é culpado.”

(D) “Algum condenado é culpado.”

(E) “Todo culpado é condenado.”

**36. André, Bernardo, Caíque, Durval e Estevan são amigos de infância. Certo dia, eles se encontraram pra conversar e disseram:**

- André: Eu sou mais baixo do que o Caíque, mas sou maior do que o Durval!
- Estevan: Só um de vocês é maior do que eu!
- Durval: Só sei de uma coisa: eu não sou o mais baixinho!

**Sabendo que todas essas afirmações são verdadeiras e que esses amigos fizeram uma fila, do menor para o maior, segundo suas alturas, que eram distintas, é correto afirmar que**

- (A) Estevan é o terceiro da fila.
- (B) Bernardo é o primeiro da fila.
- (C) Bernardo é o último da fila.
- (D) André tem três pessoas à sua frente.
- (E) Caíque é o quarto da fila.

**37. Aldo possui animais de 3 espécies diferentes: 3 cachorros, 3 gatos e 8 coelhos. O peso dos animais da mesma espécie é igual. Sabendo que o peso de 1 cachorro é igual ao peso de 2 gatos e que o peso de 3 gatos é igual ao peso de 4 coelhos, utilizando como base os animais citados, é correto afirmar que**

- (A) um gato pesa mais do que um cachorro.
- (B) um coelho pesa mais do que um gato.
- (C) o peso de um cachorro equivale ao peso de seis coelhos.
- (D) o peso de dois cachorros é menor do que o peso de quatro coelhos.
- (E) o peso de três cachorros é igual ao peso de oito coelhos.

**38. João e Adilson estão em uma reunião com todos os outros supervisores da empresa em que trabalham. Eles estão sentados juntos a uma mesa retangular, cada um (João e Adilson) em uma ponta. Entre eles, de um lado, há três pessoas e, do outro, duas pessoas. Um garçom coloca, aleatoriamente, 7 pratos na mesa, um na frente de cada lugar. Em um desses pratos, está colado um envelope com a quantia de R\$ 1.000,00. Qual é a probabilidade de João ou Adilson receberem o prato com o envelope?**

- (A) 1 / 14

- (B) 1 / 7
- (C) 2 / 7
- (D) 3 / 14
- (E) 4 / 7

**39. Considere como sendo verdadeira a afirmação: “Se Wedson é perito criminal, ele é médico.”. Considere, também, como falsa a afirmação: “Wedson é médico e perito criminal.”. Qual das seguintes alternativas apresenta necessariamente uma verdade?**

- (A) “Wedson não é médico.”.
- (B) “Wedson não é perito criminal.”.
- (C) “Wedson é médico.”.
- (D) “Wedson é perito criminal.”.
- (E) “Wedson não é médico e nem perito criminal.”.

**40. Considere a seguinte proposição: “Neste concurso, Pedro será aprovado ou não será aprovado.”. Analisando segundo a lógica, essa afirmação é um exemplo claro de**

- (A) contradição.
- (B) equivalência.
- (C) redundância.
- (D) repetição.
- (E) tautologia.

### Estatuto da Polícia Civil do Espírito Santo e alterações

**41. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) Da decisão proferida em processo disciplinar, não caberá recurso na esfera administrativa.
- (B) Em nenhuma hipótese, caberá revisão de processo administrativo disciplinar.
- (C) Índícios veementes constituem prova no processo administrativo disciplinar.
- (D) O processo disciplinar será sobrestado para aguardar a decisão de ação penal.
- (E) Se for o caso, a abertura de inquérito policial deverá, em qualquer hipótese, aguardar a conclusão do processo disciplinar.

- 42. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**
- (A) É admitido o provimento de cargo policial civil por ato de readmissão.
  - (B) Os cursos de formação e de aperfeiçoamento ministrados pela Escola de Polícia Civil não possuem caráter obrigatório.
  - (C) Independentemente de autorização, a autoridade policial, seus agentes e auxiliares poderão residir fora do município da unidade policial a que prestam serviço.
  - (D) O provimento de funções gratificadas com atribuições de natureza policial não é privativo do ocupante de cargo do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.
  - (E) É vedado ao funcionário policial trabalhar sob ordens de cônjuge ou parente até o segundo grau civil, salvo quando não houver na localidade outra unidade policial.
- 43. A respeito dos atos de promoção e readaptação, assinale a alternativa correta.**
- (A) Promoção é a elevação seletiva, gradual e sucessiva do servidor policial civil estável à categoria imediatamente superior àquela a que pertence e ocorrerá pelos critérios de antiguidade e merecimento, alternadamente.
  - (B) A promoção para Delegado de Polícia da Categoria Especial dar-se-á exclusivamente pelo critério de antiguidade.
  - (C) A readaptação somente poderá ocorrer “ex-offício”. Em nenhuma hipótese, ocorrerá a pedido do interessado.
  - (D) A reincidência inespecífica em três transgressões disciplinares não é causa para readaptação.
  - (E) Durante o processo de readaptação, o funcionário policial permanecerá no desempenho de suas funções.
- 44. Assinale a alternativa correta referente aos atos de aproveitamento e reversão e ao quadro suplementar.**
- (A) Aproveitamento é o retorno à atividade do funcionário policial aposentado quando forem insubsistentes os motivos que o levaram a aposentar-se.
  - (B) Reversão é o reingresso do funcionário policial que se encontrava em disponibilidade.
  - (C) De regra, o tempo de serviço do servidor policial civil no quadro suplementar não será computado para efeito de promoção.

- (D) O funcionário policial em cumprimento de pena privativa de liberdade não será colocado no Quadro Suplementar.
  - (E) O funcionário policial investido em mandato eletivo não será colocado no Quadro Suplementar.
- 45. No que tange à aposentadoria do funcionário policial, assinale a alternativa correta.**
- (A) A aposentadoria compulsória não é automática.
  - (B) A aposentadoria por invalidez será precedida de licença para tratamento de saúde por período não excedente a 12 meses, salvo quando o laudo médico concluir pela incapacidade definitiva para o serviço público.
  - (C) O tempo mínimo para aposentadoria voluntária do servidor policial civil, com proventos integrais, é de 35 anos para o homem e de 30 anos para mulheres.
  - (D) O servidor policial civil será aposentado compulsoriamente aos 65 anos de idade.
  - (E) Ao pessoal inativo, não é garantido o mesmo aumento dos vencimentos do pessoal em atividade.
- 46. Com base no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, a respeito da formalização dos expedientes e da prescrição, assinale a alternativa correta.**
- (A) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em dois anos quanto às faltas sujeitas a penas de advertência e suspensão.
  - (B) É assegurado ao funcionário policial o direito de requerer e o de representar.
  - (C) O direito de pleitear na esfera administrativa e o evento punível prescreverão em um ano quanto ao direito à readmissão.
  - (D) O pedido de reconsideração e o recurso, quando cabíveis, não interrompem a prescrição.
  - (E) Prescreve em 180 dias o direito de pleitear na esfera administrativa o pagamento de vantagens pecuniárias devidas pela Fazenda Pública.

**47. No que se refere aos cargos e à função policial civil, é correto afirmar que**

- (A) a função policial é, em qualquer hipótese, incompatível com qualquer outra atividade.
- (B) os cargos policiais civis são acessíveis a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no Brasil, preenchidos os requisitos estabelecidos em lei.
- (C) as funções gratificadas serão providas mediante ato de nomeação.
- (D) são atos de provimento efetivo de cargos a nomeação, a promoção, o aproveitamento, dentre outros.
- (E) os cargos em comissão serão providos mediante ato de designação.

**48. Em relação ao curso de formação profissional para cargo policial civil e o ato de nomeação, assinale a alternativa correta.**

- (A) O curso de formação profissional possui caráter eliminatório, complementar e indispensável ao exercício profissional e será realizado logo após a nomeação.
- (B) Os candidatos inscritos no curso de formação profissional não perceberão qualquer auxílio financeiro.
- (C) Terá a matrícula cancelada o policial aluno que for reprovado em qualquer disciplina do curso.
- (D) O funcionário policial nomeado para o cargo efetivo ficará sujeito ao período de 1 ano de estágio experimental.
- (E) Durante o período de estágio experimental, será permitido ao servidor público civil se afastar do cargo somente nos casos previstos em lei.

**49. A posse é o ato de investidura em cargo policial civil. A respeito da posse, é correto afirmar que**

- (A) a formalização do compromisso policial somente será prestada pelo funcionário na posse referente ao primeiro ingresso. Nas demais, não será necessária.
- (B) não é necessário estar em gozo dos direitos políticos para tomar posse no cargo de policial civil.
- (C) não é admitida a posse por meio de procuração, em nenhuma hipótese.
- (D) não será necessário figurar no termo de posse os bens e valores que constituem o patrimônio do funcionário policial, embora devam ser declarados.
- (E) também haverá posse nos casos de promoção, acesso e readaptação.

**50. Dentre as seguintes alternativas, os afastamentos do funcionário policial, mediante prévia autorização do Governador do Estado, só serão permitidos para**

- (A) frequentar curso especializado, mesmo que não se relacione às atribuições do cargo efetivo de que seja titular.
- (B) estudo ou missão, independente de interesse específico do serviço.
- (C) viagens de até seis meses para realização de pesquisas científicas, mesmo que não relacionadas a sua função.
- (D) participar de congresso e outros certames, mesmo que tratem de matéria não pertinente a sua função.
- (E) o exercício das atribuições inerentes ao seu cargo efetivo em outra unidade administrativa estadual.

**51. Assinale a alternativa que trata corretamente da vacância e do ato de exoneração.**

- (A) A exoneração do funcionário policial somente pode ocorrer “ex-offício”.
- (B) São casos de vacância, dentre outros, a demissão, a exoneração e a promoção.
- (C) Na exoneração, há o afastamento do cargo, mas não a cessação do vínculo que liga o funcionário policial ao Estado.
- (D) A exoneração “ex-offício” não poderá ocorrer quando o funcionário tomar posse em outro cargo público.
- (E) A vacância de função gratificada não poderá decorrer de destituição.

**52. A respeito das gratificações previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, é correto afirmar que**

- (A) A gratificação de representação será devida ao funcionário policial, para atender às peculiaridades de exercício decorrentes da integral e exclusiva dedicação às atividades do cargo, que o incompatibilizam com o exercício de qualquer outra atividade pública ou privada.
- (B) A gratificação do magistério policial será devida ao funcionário policial que for designado para participar como professor de cursos da Escola de Polícia Civil e será arbitrada por ato do Chefe do poder Executivo, que regulamentará a sua concessão.
- (C) A gratificação de função policial civil será concedida ao funcionário policial pelo desempenho de atribuições, tarefas ou

encargos em circunstâncias consideradas potencialmente perigosas à sua integridade física, com possibilidades de dano à vida ou à saúde.

- (D) Agratificação de risco de vida será concedida ao funcionário policial que se ausentar do Estado, na hipótese prevista nesse estatuto, e será arbitrada pelo Governador, mediante proposta fundamentada do Secretário de Estado da Segurança Pública.
- (E) A gratificação por estudo ou missão de interesse do serviço destina-se a atender as despesas extraordinárias, decorrentes de compromissos de ordem social ou profissional, inerentes à representatividade de ocupantes de cargo de destaque da instituição policial civil.

**53. O funcionário policial será licenciado, EXCETO**

- (A) para tratamento de sua própria saúde.
- (B) para serviço militar obrigatório.
- (C) para estudos no exterior.
- (D) para trato de interesses particulares.
- (E) por motivo de afastamento do cônjuge.

**54. A função policial, pelas suas características e finalidades, fundamenta-se na hierarquia e na disciplina. A respeito da hierarquia e do regime disciplinar do policial civil, assinale a alternativa correta.**

- (A) A responsabilidade administrativa resulta de atos ou omissões praticados tanto no desempenho do cargo ou função como fora deles.
- (B) Não é considerada falta de natureza grave o fato de o superior hierárquico dificultar, impedir ou de alguma forma frustrar a aplicação de penalidade disciplinar.
- (C) Não é considerado transgressão disciplinar frequentar, fora do serviço, lugar incompatível com o decore da função policial.
- (D) Pelo exercício irregular de suas atribuições, o funcionário policial responde penal e administrativamente, mas não civilmente.
- (E) A hierarquia da função prevalece sobre a hierarquia do cargo.

**55. Constituem transgressões disciplinares do funcionário policial, EXCETO**

- (A) faltar com a verdade no exercício de suas funções.
- (B) fazer uso indevido da arma que lhe haja sido confiada para o serviço.
- (C) praticar ato que importe em escândalo ou que concorra para comprometer a instituição ou função policial.
- (D) portar sua credencial oficial, mesmo não estando em serviço.
- (E) omitir ou declarar falsamente conceito sobre funcionário policial em regime de estágio experimental.

**56. Constitui transgressão disciplinar grave do funcionário policial**

- (A) ofender moralmente qualquer pessoa no recinto da repartição.
- (B) deixar de assumir, no prazo legal, a função para a qual foi designado.
- (C) a falta de assiduidade ou impontualidade habituais.
- (D) permutar o serviço sem expressa permissão da autoridade competente.
- (E) omitir-se no zelo da integridade física ou moral dos presos ou negligenciar na sua guarda.

**57. A respeito das penas disciplinares previstas no Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo, assinale a alternativa correta.**

- (A) A transgressão ter sido cometida no interesse do serviço não é causa que a justifica.
- (B) Ter uma mínima cooperação do funcionário no cometimento da infração não é uma circunstância atenuante da pena.
- (C) Ter o funcionário confessado espontaneamente a autoria da infração, ignorada ou imputada a outro, é circunstância que agrava a pena.
- (D) Para aplicação de qualquer pena disciplinar, será considerada a repercussão do fato, dentre outros.
- (E) A cassação de aposentadoria ou de indisponibilidade não constitui uma pena disciplinar cabível.

**58. Dentre outros casos, para imposição das penas disciplinares aos funcionários policiais infratores, é competente o**

- (A) Secretário de Estado da Segurança Pública, em qualquer caso.
- (B) Governador do Estado, na aplicação das penas de suspensão superior a 60 dias, demissão, cassação de aposentadoria ou disponibilidade.
- (C) Conselho de Polícia Civil, em qualquer caso.
- (D) Delegado Chefe da Polícia Civil, nos casos de pena de advertência.
- (E) Delegado de Polícia, na aplicação das penas de suspensão até 60 dias, de destituição de função.

**59. A respeito da Ação Disciplinar, assinale a alternativa correta.**

- (A) A autoridade que tiver ciência de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, cometida por servidor policial civil, poderá ou não dar início a sua apuração, em caso de subordinado seu.
- (B) O processo administrativo disciplinar não poderá ser instaurado com base na apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares que o precederam.
- (C) Recebido o relatório de apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, o Delegado Chefe da Polícia Civil não poderá aplicar a penalidade cabível, devendo remeter o relatório à autoridade competente.
- (D) Da apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares, será dada ciência ao Delegado chefe da Polícia Civil, através de relatório que não necessariamente conterà a forma pela qual se teve conhecimento dos fatos.
- (E) A apuração de irregularidade ou transgressão a preceitos disciplinares será feita através de investigação sumária.

**60. O Processo Administrativo Disciplinar deverá seguir rigorosamente o que dispõe o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Espírito Santo. A respeito do Processo Administrativo, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Processo Disciplinar será promovido por um funcionário policial de nível hierárquico igual ou superior ao do indiciado.
- (B) Nenhum funcionário policial poderá recusar-se a prestar depoimento, quando solicitado por quem promove o Processo Disciplinar.

- (C) No Processo disciplinar, é vedada, em qualquer hipótese, a citação do indiciado por edital.
- (D) Em sua defesa no Processo Disciplinar, o indiciado poderá produzir provas, exceto prova testemunhal.
- (E) No Processo Disciplinar, o indiciado não poderá constituir defensor.

### Noções de Direito Administrativo

**61. De acordo com as prerrogativas atribuídas aos agentes públicos, conceder-se-á licença**

- (A) quando o servidor desejar acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, desde que a Administração Pública aceite e seja por tempo determinado.
- (B) por até 90 dias, consecutivos ou não, sem remuneração, quando o cônjuge ou companheiro for acometido por doença que necessite de assistência direta e indispensável do servidor.
- (C) por até 80 dias consecutivos à servidora que adotar ou obtiver guarda judicial de criança até 2 anos de idade.
- (D) quando, a critério da administração, aquele que ocupar função pública e que não esteja em estágio probatório necessitar tratar de interesses particulares.
- (E) na proporção de três meses, para cada cinco anos trabalhados.

**62. Os serviços que possibilitam à Administração Pública, através de seu prestador, auferir lucros diante de sua execução são considerados**

- (A) Serviços Coletivos.
- (B) Serviços Econômicos.
- (C) Serviços de Utilidade Pública.
- (D) Serviços Singulares.
- (E) Serviços Sociais.

**63. Sobre o Controle Legislativo, é correto afirmar que**

- (A) possui seu fundamento de maneira eminentemente constitucional.
- (B) é aquele que espelha o desejo daqueles que o executam levando em consideração a prerrogativa de fiscalizar a Administração Pública sob os critérios financeiros.
- (C) é aquele que examina a legalidade dos atos e leis de maneira distanciada dos interesses políticos.

- (D) o Poder Legislativo incide especificamente sobre a atividade administrativa do Estado, seja qual for o Poder onde esteja sendo desempenhada.
- (E) assegura o seu controle em um julgamento em que o único fator de motivação é a lei ou a Constituição, justamente por ser o legislativo um Poder equidistante do interesse das pessoas públicas e privadas.
- 64. Qual princípio, dentro do Direito Administrativo, possui ligação com o seguinte conceito: “Os bens e interesses públicos não pertencem à Administração nem a seus agentes. Cabe-lhes apenas geri-los, conservá-los e por eles velar em prol da coletividade”?**
- (A) Princípio da Continuidade dos Serviços Públicos.
- (B) Princípio da Autotutela.
- (C) Princípio da Supremacia do Interesse Público.
- (D) Princípio da Segurança Jurídica.
- (E) Princípio da Indisponibilidade.
- 65. A Hierarquia, na Administração Pública, pressupõe uma organização, em escalas, dos agentes e dos órgãos públicos. Qual relação jurídica corresponde à hierarquia na Administração Pública?**
- (A) Vinculação e Disciplina.
- (B) Eficiência e Subordinação.
- (C) Subordinação e Disciplina.
- (D) Vinculação e Subordinação.
- (E) Eficiência e Disciplina.
- 66. Quais das seguintes situações geram a vacância de cargo?**
- (A) Promoção, exoneração e demissão.
- (B) Reversão, transferência e exoneração.
- (C) Exoneração, demissão e reversão.
- (D) Transferência, exoneração e falecimento.
- (E) Ascensão, aposentadoria e readaptação.
- 67. Em relação aos cargos públicos, é correto afirmar que**
- (A) os cargos públicos são acessíveis a todos os brasileiros e, inclusive, aos estrangeiros.
- (B) os cargos públicos ofertados pela Administração Pública para preenchimento de vagas dentro do Poder Executivo serão criados através de decretos.
- (C) o cargo efetivo pode ser conquistado através de livre nomeação.
- (D) o Empregado Público pode ocupar cargo efetivo dentro da Administração Pública.
- (E) aquele que ocupa cargo público será obrigatoriamente regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).
- 68. Quando o servidor passa a ocupar cargo diverso do que ocupava, tendo em vista a necessidade de compatibilizar o exercício da função pública com a limitação sofrida em sua capacidade física ou psíquica, a forma de provimento será a**
- (A) recondução.
- (B) readaptação.
- (C) promoção.
- (D) reversão.
- (E) transferência.
- 69. De acordo com a teoria dos atos administrativos, qual é a diferença entre Decreto e Regulamento?**
- (A) Os decretos têm força jurídica própria, ou seja, vigoram por si mesmos como atos independentes, ao passo que os regulamentos são atos dependentes e, por isso, não têm força própria que os impulse para a vigência.
- (B) Os regulamentos se projetam como atos normativos. Já os decretos, ao contrário, não podem ser normativos, como é o caso dos decretos de execução.
- (C) Os regulamentos são caracterizados como atos independentes e podem ser classificados como regulamentares ou autônomos. Já os decretos, serão considerados atos dependentes quando utilizados para a complementação e detalhamento das leis.
- (D) Decretos são atos que possuem natureza autônoma e normalmente representam a vontade de um órgão colegiado, caracterizando-se como atos simples coletivos. Os regulamentos, de natureza independente, pressupõem a representação da vontade de uma só pessoa, seja ela um Ministro ou Secretário de Estado.
- (E) Dentre outras possibilidades, os decretos servirão para que a Administração organize suas atividades e seus órgãos. Os Regulamentos, por outro lado, possuem como destinatário apenas as pessoas da sociedade.

**70. Referente aos poderes e deveres dos agentes públicos, bem como a sua utilização, assinale a alternativa INCORRETA.**

- (A) De acordo com a doutrina majoritária, no poder, a ilegalidade atua como gênero do qual o abuso de poder é espécie.
- (B) O comportamento abusivo de autoridades públicas pode ser eficazmente combatido pelo instrumento do controle, seja qual for o Poder estatal em que seja exercido.
- (C) A invalidação da conduta abusiva pode dar-se na própria esfera administrativa (autotutela) ou através de ação judicial, inclusive por mandado de segurança (art. 5º, LXIX, CF). Por outro lado, o abuso de poder constitui, em certas circunstâncias, ilícito penal, como dispõe a Lei nº 4.898/1965, que estabelece sanções para o agente da conduta abusiva.
- (D) Nem toda ilegalidade decorre de conduta abusiva; mas todo abuso se reveste de ilegalidade.
- (E) No âmbito do direito público, os poderes administrativos são outorgados aos agentes do Poder Público e lhes permitem atuação voltada aos interesses da coletividade. Desse modo, as prerrogativas públicas constituem poderes para o agente público, como o poder de expressar inércia perante a execução de algum ato administrativo.

**71. O Poder Constituinte classifica-se em Poder Constituinte Originário e Poder Constituinte Derivado. Assinale a alternativa que apresenta as características do Poder Constituinte Originário.**

- (A) Inicial, ilimitado, subordinado e condicionado.
- (B) Inicial, ilimitado, autônomo e incondicionado.
- (C) Inicial, limitado, subordinado e incondicionado.
- (D) Decorrente, limitado, subordinado e reformador.
- (E) Limitado, permanente, autônomo e condicionado.

**72. A ideia de controle de constitucionalidade está ligada à Supremacia da Constituição sobre todo o ordenamento jurídico e, também, à rigidez constitucional e à proteção dos direitos fundamentais. Sobre o controle de constitucionalidade no Brasil, assinale a alternativa correta.**

- (A) O controle de constitucionalidade no Brasil é feito de forma preventiva pelo judiciário e de forma repressiva pelo legislativo, como regra geral.
- (B) No direito constitucional brasileiro, em regra, foi adotado o controle de constitucionalidade repressivo jurídico ou judiciário, porém, o art. 49, V, da Constituição prevê uma exceção à regra, pois prevê que compete ao Presidente sustar os atos normativos que exorbitem do poder regulamentar ou dos limites de delegação legislativa.
- (C) As comissões de constituição e justiça e o veto jurídico são duas hipóteses de controle preventivo de constitucionalidade, que buscam evitar o ingresso no ordenamento jurídico de leis inconstitucionais.
- (D) No Brasil, a possibilidade de controle difuso de constitucionalidade existe desde a primeira Constituição republicana de 1934.
- (E) A inconstitucionalidade de qualquer ato normativo estatal pode ser declarada pelo voto da maioria simples dos membros presentes do tribunal ou, onde houver, dos integrantes do respectivo órgão especial, sob pena de absoluta nulidade da decisão emanada do órgão fracionário (turma, câmara ou seção), em respeito à previsão do art. 97 da Constituição Federal.

**73. Na estrutura do Poder Executivo, verifica-se a existência de duas funções primordiais diversas, quais sejam, a de Chefe de Estado e de Chefe de Governo. Sobre esse assunto, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Chefe de Governo representa o país nas suas relações internacionais, bem como corporifica a unidade interna do Estado.
- (B) O Chefe de Estado exercerá a liderança da política nacional, pela orientação das decisões gerais e pela direção da máquina administrativa.
- (C) Tanto no presidencialismo como no parlamentarismo, ocorre a acumulação dessas funções (Chefe de Governo e Chefe de Estado) em uma única pessoa.
- (D) O texto constitucional brasileiro expressamente adotou o presidencialismo, proclamando a junção das funções de Chefe de Estado e Chefe de Governo, a serem realizadas pelo Presidente da República, prevendo-as no art. 84 da Constituição Federal.
- (E) Em alguns países, a função de chefe de Governo é exercida pelo Monarca e a de chefe de Estado, pelo Primeiro Ministro que chefia o gabinete.

**74. Dentre outras, é/são atribuição(ões) privativa(s) do Presidente da República, segundo as disposições constitucionais,**

- (A) autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- (B) requisitar e designar magistrados, delegando-lhes atribuições, e requisitar servidores de juízos ou tribunais, inclusive nos Estados, Distrito Federal e Territórios.
- (C) prover, na forma prevista na Constituição Federal, os cargos de juiz de carreira da respectiva jurisdição.
- (D) realizar audiências públicas com entidades da sociedade civil.
- (E) nomear, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.

**75. Segundo a Constituição Federal, é dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não formais, como direito de cada um, observado(a)**

- (A) a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento.
- (B) a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em todos os casos, para a do desporto de alto rendimento.
- (C) o tratamento igualitário para o desporto profissional e o não profissional.
- (D) a proteção e o incentivo, preferencialmente, às manifestações desportivas de criação estrangeiras.
- (E) a democratização dos processos decisórios com participação e controle social.

**76. Sobre os juízes, suas garantias e proibições segundo as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) É permitido aos magistrados dedicar-se à atividade político-partidária.
- (B) É vedado ao juiz exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos cinco anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- (C) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público.
- (D) Os juízes podem exercer, cumulativamente, qualquer outro cargo ou função, inclusive o de magistério.
- (E) Os juízes gozam, dentre outras, da garantia da vitaliciedade, que, no primeiro grau, só será adquirida após três anos de exercício, dependendo a perda do cargo, nesse período, de deliberação do tribunal a que o juiz estiver vinculado, e, nos demais casos, de sentença judicial transitada em julgado.

**77. A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação. Acerca das disposições constitucionais que tratam da saúde, assinale a alternativa correta.**

- (A) As ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada e constituem um sistema único, organizado de acordo com as seguintes diretrizes: centralização, com direção única em cada esfera de governo; atendimento integral, com prioridade para as atividades preventivas, sem prejuízo dos serviços assistenciais; participação da comunidade.
- (B) O sistema único de saúde será financiado, nos termos do art. 195, com recursos do orçamento da seguridade social, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exclusivamente.
- (C) As instituições privadas poderão participar de forma complementar do sistema único de saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de direito público ou convênio, tendo preferência as entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos.
- (D) É permitida a destinação de recursos públicos para auxílios ou subvenções às instituições privadas com fins lucrativos.
- (E) É vedada a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no País, mesmo se houver previsão legal.

**78. Segundo as determinações constitucionais, o dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de**

- (A) educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 18 anos de idade, assegurada, inclusive, sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria.
- (B) atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.
- (C) educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 6 anos de idade.
- (D) progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao ensino médio.
- (E) atendimento ao educando, adstrito ao ensino fundamental, através de programas suplementares de material didático-escolar,

transporte, alimentação e assistência à saúde.

**79. No que tange às disposições acerca da ciência, tecnologia e inovação previstas na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

- (A) O Estado estimulará a articulação entre os entes públicos, nas diversas esferas de governo, visando promover e incentivar o desenvolvimento científico, a pesquisa, a capacitação científica e tecnológica e a inovação, excluindo a interação com entes privados.
- (B) O Sistema Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (SNCTI) será organizado em regime de colaboração entre entes, tanto públicos quanto privados, com vistas a promover o desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação, que terá suas normas gerais previstas em lei estadual.
- (C) Apenas a União, os Estados e o Distrito Federal poderão firmar instrumentos de cooperação com órgãos e entidades públicos e com entidades privadas, inclusive para o compartilhamento de recursos humanos especializados e capacidade instalada, para a execução de projetos de pesquisa, de desenvolvimento científico e tecnológico e de inovação, mediante contrapartida financeira ou não financeira assumida pelo ente beneficiário, na forma da lei.
- (D) É facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.
- (E) A pesquisa científica básica e tecnológica receberá tratamento não prioritário do Estado, tendo em vista o bem público e o progresso da ciência, tecnologia e inovação.

**80. Segundo a Constituição Federal, compete à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar, concorrentemente, sobre**

- (A) direito tributário, financeiro, penitenciário, econômico e urbanístico.
- (B) instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, saneamento básico e transportes urbanos.
- (C) sistema estatístico, sistema cartográfico e de geologia nacionais.
- (D) trânsito e transporte.
- (E) política de crédito, câmbio, seguros e transferência de valores.

**81. Segundo as disposições constitucionais acerca dos Municípios, para a composição das Câmaras Municipais, será observado o limite máximo de**

- (A) 9 Vereadores, nos Municípios de até 20.000 habitantes.
- (B) 11 Vereadores, nos Municípios de mais de 20.000 habitantes e de até 30.000 habitantes.
- (C) 13 Vereadores, nos Municípios de mais de 30.000 habitantes e de até 50.000 habitantes.
- (D) 15 Vereadores, nos Municípios de mais de 50.000 habitantes e de até 100.000 habitantes.
- (E) 17 Vereadores, nos Municípios de mais de 100.000 habitantes e de até 120.000 habitantes; e assim sucessivamente.

**82. No que tange à remuneração, ao regime jurídico e à aposentadoria dos servidores públicos, assinale a alternativa correta.**

- (A) A União, os Estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, sendo obrigatória, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.
- (B) O membro de Poder, o detentor de mandato eletivo, os Ministros de Estado e os Secretários Estaduais e Municipais serão remunerados por subsídio fixado em parcela única, facultado o acréscimo de qualquer gratificação, adicional, abono, prêmio, verba de representação ou outra espécie remuneratória.
- (C) Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, baseada exclusivamente nos servidores ativos, desde que observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.
- (D) Invalidada por sentença judicial a demissão do servidor estável, será ele reintegrado, e o eventual ocupante da vaga, se estável, reconduzido ao cargo de origem, com direito à indenização, aproveitado em outro cargo ou posto em disponibilidade com remuneração proporcional ao tempo de serviço.

- (E) O tempo de contribuição federal, estadual ou municipal será contado para efeito de aposentadoria e o tempo de serviço correspondente para efeito de disponibilidade.

**83. Sobre as atribuições do Congresso Nacional e seus órgãos, assinale a alternativa correta.**

- (A) Compete privativamente à Câmara dos Deputados autorizar, por três quintos de seus membros, a instauração de processo contra o Presidente e o Vice-Presidente da República e os Ministros de Estado.
- (B) Compete privativamente à Câmara dos Deputados processar e julgar os Ministros do Supremo Tribunal Federal, os membros do Conselho Nacional de Justiça e do Conselho Nacional do Ministério Público, o Procurador-Geral da República e o Advogado-Geral da União nos crimes de responsabilidade.
- (C) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar, por maioria simples e por voto aberto, a exoneração, de ofício, do Procurador-Geral da República antes do término de seu mandato.
- (D) Compete privativamente ao Senado Federal aprovar previamente, por voto secreto, após arguição em sessão secreta, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.
- (E) Compete privativamente à Câmara dos Deputados estabelecer limites globais e condições para o montante da dívida mobiliária dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

**84. Compete privativamente ao Presidente da República**

- (A) prestar, anualmente, ao Congresso Nacional, dentro de noventa dias após a abertura da sessão legislativa, as contas referentes ao exercício anterior.
- (B) nomear os magistrados, nos casos previstos na Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, e o Advogado-Geral da União.
- (C) nomear, sem a necessidade de participação do Senado Federal, os Ministros do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, os Governadores de Territórios, o Procurador-Geral da República, o presidente e os diretores do banco central e outros servidores, quando determinado em lei.
- (D) nomear e exonerar, após aprovação pelo Senado Federal, os Ministros de Estado.
- (E) exercer, com o auxílio dos Ministros do Superior Tribunal de Justiça, a direção superior da administração federal.

**85. Compete ao Supremo Tribunal Federal, precipuamente, a guarda da Constituição, cabendo-lhe**

- (A) processar e julgar, originariamente, nas infrações penais comuns, o Presidente da República, o Vice-Presidente, os membros do Congresso Nacional, seus próprios Ministros e o Procurador-Geral da República.
- (B) processar e julgar, mediante recurso extraordinário, o *habeas corpus*, o mandado de segurança, o *habeas data* e o mandado de injunção decididos em única instância pelos Tribunais Superiores, se denegatória a decisão.
- (C) processar e julgar, mediante recurso ordinário, as causas decididas em única ou última instância, quando a decisão recorrida contrariar dispositivo da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.
- (D) julgar, em recurso ordinário, a extradição solicitada por Estado estrangeiro.
- (E) julgar, em recurso ordinário, a reclamação para a preservação de sua competência e garantia da autoridade de suas decisões.

**86. Acerca do Estado de Defesa e Estado de Sítio, e de acordo com as disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O decreto que instituir o estado de defesa determinará o tempo de sua duração, especificará as áreas a serem abrangidas e indicará, nos termos e limites da lei, as medidas coercitivas a vigorarem, sendo vedado, porém, instituir restrições aos direitos de reunião exercidos no seio das associações.
- (B) O tempo de duração do estado de defesa não será superior a 60 dias, podendo ser prorrogado uma vez, por igual período, se persistirem as razões que justificaram a sua decretação.
- (C) Na vigência do estado de defesa, é permitida a incomunicabilidade do preso nos casos previstos pela constituição federal.
- (D) Solicitada autorização para decretar o estado de sítio durante o recesso parlamentar, o Presidente do Senado Federal, de imediato, convocará extraordinariamente o Congresso Nacional para se reunir dentro de cinco dias, a fim de apreciar o ato.
- (E) O Congresso Nacional suspenderá suas atividades até o término das medidas coercitivas durante a decretação do estado de sítio.

**87. O Sistema Nacional de Cultura fundamenta-se na política nacional de cultura e nas suas diretrizes, estabelecidas no Plano Nacional de Cultura, e rege-se pelo(s) seguinte(s) princípio(s):**

- (A) fomento à produção, difusão e circulação de conhecimento e bens culturais.
- (B) alternância progressiva dos recursos contidos nos orçamentos públicos para a cultura.
- (C) cooperação entre os entes federados, os agentes públicos, excluindo os agentes privados atuantes na área cultural.
- (D) interdependência compulsória dos entes federados e das instituições da sociedade civil.
- (E) centralização articulada e pactuada da gestão, dos recursos e das ações.

**88. A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida, para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: polícia federal; polícia rodoviária federal; polícia ferroviária federal; polícias civis; e polícias militares e corpos de bombeiros militares. O artigo 144 da Constituição, dentre outras coisas, dispõe que**

- (A) incumbem às polícias civis, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, inclusive as militares.
- (B) os municípios com mais de trezentos mil habitantes deverão constituir guardas municipais destinadas à proteção de seus bens, serviços e instalações.
- (C) a polícia ferroviária federal, órgão permanente, organizado e mantido pela União e pelos Estados Federados e estruturado em carreira, destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais e estaduais.
- (D) incumbe às polícias civis a apuração de infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas nas localidades onde não exista delegacia de Polícia Federal.
- (E) os servidores policiais integrantes dos órgãos de segurança pública serão remunerados exclusivamente por subsídios fixados em parcela única.

**89. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. Nesse âmbito, o direito à proteção especial do adolescente e do jovem abrangerá o(s) seguinte(s) aspecto(s):**

- (A) idade mínima de 13 anos para admissão ao trabalho.
- (B) garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e defesa técnica por

profissional habilitado, segundo dispuser a legislação tutelar específica.

- (C) obediência aos princípios da dilação, da excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, quando da aplicação de qualquer medida privativa da liberdade.
- (D) estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao acolhimento, sob a forma de curatela, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.
- (E) programas de prevenção e atendimento especializado ao adolescente e ao jovem dependente de entorpecentes e drogas afins, excluindo o atendimento à criança.

**90. No que tange às disposições constitucionais acerca dos índios, assinale a alternativa correta.**

- (A) São reconhecidos aos índios: sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo privativamente aos Estados federados demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens.
- (B) São terras tradicionalmente ocupadas pelos índios as por eles habitadas em caráter transitório pelo prazo mínimo de 10 anos, as utilizadas para suas atividades produtivas, as imprescindíveis à preservação dos recursos ambientais necessários a seu bem-estar e as necessárias a sua reprodução física e cultural, segundo seus usos, costumes e tradições.
- (C) O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas, só pode ser efetivado com autorização do Senado Federal, dispensada a oitiva das comunidades afetadas, na forma da lei.
- (D) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios são inalienáveis e indisponíveis, e os direitos sobre elas, imprescritíveis.
- (E) É vedada a remoção dos grupos indígenas de suas terras, salvo, "ad referendum" do Senado Federal, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, garantido, em algumas hipóteses previstas em lei, o retorno imediato logo que cesse o risco.

**91. Segundo a Constituição Federal, todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:**

- (A) não será concedida extradição de estrangeiro por crime político ou de opinião.
- (B) as entidades associativas, mesmo sem autorização expressa, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente.
- (C) às presidiárias, serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação, desde que apresentem bom comportamento.
- (D) as normas definidoras dos direitos e garantias fundamentais têm aplicação contida.
- (E) os direitos e garantias expressos nesta Constituição excluem outros decorrentes do regime e dos princípios por ela adotados, ou dos tratados internacionais em que a República Federativa do Brasil seja parte.

**92. A Constituição Federal determina que é livre a associação profissional ou sindical, observado o seguinte:**

- (A) a lei poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, sendo admitidas, ao Poder Público, a interferência e a intervenção na organização sindical nos casos previstos em lei.
- (B) é facultativa a participação dos sindicatos nas negociações coletivas de trabalho.
- (C) o aposentado filiado tem direito a votar e ser votado nas organizações sindicais.
- (D) é vedada a dispensa do empregado sindicalizado a partir do registro da candidatura a cargo de direção ou representação sindical e, se eleito, ainda que suplente, até dois anos após o final do mandato, salvo se cometer falta grave nos termos da lei.
- (E) a assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, caso em que será dispensada a contribuição prevista em lei.

**93. As normas constitucionais determinam alguns cargos que são privativos de brasileiro nato. Dentre eles, está o cargo de**

- (A) Ministro de Estado da Defesa.
- (B) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
- (C) Governador de Estado.
- (D) Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- (E) Advogado-Geral da União.

**94. Acerca dos direitos políticos e suas disposições constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para os maiores de 65 anos.
- (B) Podem alistar-se como eleitores os estrangeiros.
- (C) São elegíveis os inalistáveis.
- (D) O mandato eletivo poderá ser impugnado ante a Justiça Eleitoral no prazo de quinze dias contados da diplomação, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.
- (E) A ação de impugnação de mandato tramitará sob a tutela do princípio da publicidade, respondendo o autor, na forma da lei, se temerária ou de manifesta má-fé.

**95. Sobre as disposições constitucionais acerca dos partidos políticos, assinale a alternativa correta.**

- (A) É livre a criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo e os direitos fundamentais da pessoa humana e observado, dentre outros, o preceito de funcionamento parlamentar de acordo com a lei.
- (B) Os partidos políticos, após adquirirem personalidade jurídica, na forma da lei civil, registrarão seus estatutos no Tribunal Regional Eleitoral.
- (C) Terão direito a recursos do fundo partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei, os partidos políticos que obtiverem, nas eleições para a Câmara dos Deputados, no mínimo, 2% dos votos válidos, distribuídos em pelo menos um terço das unidades da Federação, com um mínimo de 3% dos votos válidos em cada uma delas.
- (D) É permitida, em algumas hipóteses previstas em lei especial, a utilização pelos partidos políticos de organização paramilitar.

(E) Aos partidos políticos, é permitido o recebimento de recursos financeiros de governo estrangeiro.

**96. A Constituição Federal determina, em seu artigo 225, que todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações. Para assegurar a efetividade desse direito, o Poder Público está incumbido, dentre outras ações, de**

(A) exigir, em caso de instalação de obra ou atividade que possa causar significativa degradação do meio ambiente, na forma da lei, estudo prévio de impacto ambiental, que deverá ter trâmite administrativo sigiloso.

(B) prover o manejo ecológico das espécies e ecossistemas, bem como preservar e restaurar os processos ecológicos essenciais.

(C) preservar a diversidade e a integridade do patrimônio genético do País e vedar as atividades das entidades dedicadas à pesquisa e manipulação de material genético.

(D) proteger a fauna e a flora, permitidas, na forma da lei, as práticas que submetam os animais à crueldade, desde que em benefício da humanidade ou em virtude de interesse público.

(E) promover a pesquisa e manipulação de material genético.

**97. A respeito das incompatibilidades e dos impedimentos dos parlamentares federais (senadores e deputados federais), previstos na Constituição Federal, assinale a alternativa correta.**

(A) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares sejam proprietários, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito privado, ou que nela exerçam função remunerada.

(B) Desde a expedição do diploma, é vedado que esses parlamentares sejam titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

(C) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares patrocinem causa em que seja interessada empresa privada.

(D) Desde a posse, é vedado que esses parlamentares firmem ou mantenham contratos com pessoa jurídica de direito público, exceto se o contrato obedecer a cláusulas uniformes.

(E) Desde a expedição do diploma, esses parlamentares não poderão aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis "ad nutum", em pessoa jurídica de direito público.

**98. Sobre as disposições constitucionais acerca do Ministério Público e seus membros, assinale a alternativa correta.**

(A) O Ministério Público abrange apenas o Ministério Público Federal e os Ministérios Públicos dos Estados.

(B) A legitimação do Ministério Público para as ações civis impede a legitimidade de terceiros, nas mesmas hipóteses, segundo o disposto na Constituição e na lei.

(C) Aos Membros do Ministério Público, é vedado exercer, salvo quando em disponibilidade, qualquer outra função pública, exceto uma de magistério.

(D) Dentre as funções institucionais do Ministério Público, encontra-se defender judicialmente os direitos e interesses das populações indígenas.

(E) A autorização pela maioria simples do Senado Federal deverá preceder a destituição do Procurador-Geral da República, por iniciativa do Presidente da República.

**99. Sobre as funções essenciais à justiça e de acordo com as normas constitucionais, assinale a alternativa correta.**

- (A) Em qualquer hipótese, o advogado, que é considerado indispensável à administração da justiça, tem garantida a inviolabilidade por seus atos e manifestações no exercício da profissão.
- (B) A unidade, a indivisibilidade e a interdependência funcional com o Ministério Público são princípios institucionais da Defensoria Pública.
- (C) Ao Ministério Público, incumbe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.
- (D) Incumbe à Advocacia-Geral da União, diretamente ou através de órgão vinculado, apenas a representação judicial da União.
- (E) A Advocacia-Geral da União tem por chefe o Advogado-Geral da União, de livre nomeação pelo Presidente da República dentre cidadãos maiores de trinta anos, de notável saber jurídico e reputação ilibada.

**100. Considerando as disposições constitucionais a respeito das Forças Armadas, é correto afirmar que**

- (A) são constituídas tão somente pelo Exército e pela Aeronáutica.
- (B) os eclesiásticos são isentos do serviço militar obrigatório, em tempo de paz, e de qualquer outro encargo legal.
- (C) ao militar inativo é vedada a filiação partidária.
- (D) ao militar, desde que respeitadas as disposições legais, são permitidas a sindicalização e a greve.
- (E) o oficial só perderá o posto e a patente se for julgado indigno do oficialato ou com ele incompatível, por decisão de tribunal militar de caráter permanente, em tempo de paz, ou de tribunal especial, em tempo de guerra.

**ATENÇÃO!**

**NÃO SE ESQUEÇA** de marcar, na Folha de Respostas, o número de sua prova indicado na capa deste caderno.

